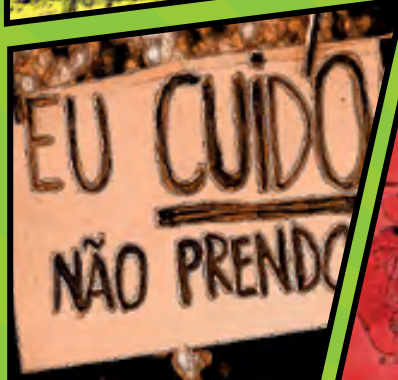


ENCONTRO DE BAURU: 30 ANOS DE LUTA "POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS"

Bauru, 08 e 09 de dezembro de 2017

RELATÓRIO FINAL



POR UMA
SOCIEDADE SEM
MANICÔMIOS



ENCONTRO DE BAURU:
**30 ANOS DE LUTA “POR UMA
SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS”**

***Bauru, 08 e 09 de dezembro de 2017
RELATÓRIO FINAL***

Expediente

Comissão de Sistematização do Relatório Final do Encontro de Bauru: 30 anos de luta "Por uma sociedade sem manicômios"

Adilson Gonçalves
Ana Paula Guljor
Barbara Coelho Vaz
Carlos Augusto da Silva
Catarina Nascimento de Albertim
Cristiane Ramos de Matos Marçal
Elisa Zaneratto Rosa
Fernanda Nicacio
Juliana Maria Moura Nascimento
Lumena Almeida Castro Furtado
Mario Alexandre Moro
Marta Elizabete de Souza
Pedro Henrique Marinho Carneiro
Rodrigo Fernando Presotto
Shirlene Queiroz de Lima

Colaboradores da elaboração do Relatório Final do Encontro de Bauru: 30 anos de luta "Por uma sociedade sem manicômios"

Ana Marta Lobosque
Ed Otsuka
Hellen Isabel Freitas
Leonardo Penafiel Pinho
Luzia Aparecida
Margarete da Silva Silles
Miriam Abou-Yd
Moacyr Miniussi Bertolino Neto
Patrícia Rodrigues Rocha
Taynara Fatima Silva de Paula

Fotografias

Mario Alexandre Moro
ASCOM | CFP
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Projeto gráfico e diagramação

Micael Melchiades | Comunicação CRP SP

Sumário

1.	Apresentação	5
2.	Entidades e coletivos que organizaram e apoiaram o Encontro de Bauru	9
3.	Programação Geral	11
4.	Mesa de Abertura	13
5.	Homenagem aos companheiros militantes da luta antimanicomial	20
6.	Mensagens ao Encontro de Bauru	27
7.	Mesa: “30 anos de Luta Antimanicomial: histórico, análise de conjuntura e desafios”	33
8.	Rodas de conversa: Ementas, roteiros e encaminhamentos das rodas	49
	Tema: 1. Cuidado em liberdade: A RAPS que queremos	54
	Tema: 2. Por uma Reforma Psiquiátrica antimanicomial: desafios e impasses para os movimentos sociais	54
	Tema: 3. Trabalho em saúde e enfrentamento da precarização	54
	Tema: 4. Contra a maré: Velhos e novos problemas da institucionalização	54
	Tema: 5. Justiça e garantia de direitos	54
	Tema: 6. Loucos como sujeitos de direitos	55
	Tema: 7. Comunicação e cultura	55
	Tema: 8. Infância e Juventude	55
	Tema: 9. Álcool e outras drogas	55
	Tema: 10. Políticas Públicas em tempos de desmonte dos direitos sociais	56
	Tema: 11. O direito à diferença: a luta contra as opressões	56
	Tema: 12. O direito a cidade: Luta Antimanicomial e intersetorialidade	56
	Tema: 13. Geração de trabalho e renda e Economia Solidária	57
	Tema: 14. Medicalização da sociedade	57
9.	Programação Cultural	58
10.	Algumas Programações desenvolvidas durante o encontro	60
	10.1 Economia Solidária nos 30 Anos de Bauru	61
	10.2 Tenda Paulo Freire	62
	10.3 Caravana de Direitos Humanos de São Paulo / Audiência Pública	63
	10.4 Ato Público / Caminhada pela cidade	63
	10.5 A presença e participação de crianças e adolescentes no Encontro de Bauru	65
	10.6 Relembrando algumas atividades culturais realizadas durante o Encontro de Bauru	66
11.	Plenária Final do Encontro de Bauru: 30 anos de luta “Por uma sociedade sem manicômios”	68
	11.1 Propostas aprovadas	69
	11.2 Moções	74
	11.2.1 Moção de Apoio à Luta Antimanicomial da Equipe Tenda Paulo Freire	74
	11.2.2 Moção da ASUSSAM-MG de apoio Evento de Bauru: 30 anos por uma sociedade sem manicômios	74
	11.2.3 Moção de Apoio à Reorientação do Modelo Assistencial em Saúde Mental na Bahia	74
	11.2.4 Moção de apoio ao TAC de Sorocaba	75
	11.2.5 Moção de repúdio aos retrocessos da reforma psiquiátrica e moção de apoio a seus avanços	75
	11.2.6 Moção de apoio das crianças e dos adolescentes ao Encontro de Bauru	76
	11.2.7 Moção de solidariedade à UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	76
	11.3 Carta de Bauru - 30 anos	76
12.	Links de fotografias do Encontro de Bauru	79



1. **Apresentação**



2017: 30 anos do histórico II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental realizado em Bauru, quando militantes e trabalhadores propuseram um novo caminho: Por uma Sociedade sem Manicômios!

Desde então, trabalhadores da saúde mental, gestores, parlamentares, docentes, usuários e familiares, estudantes, militantes de movimentos sociais antimanicomiais, orientados por essa insígnia, construíram uma das mais importantes e respeitadas políticas públicas brasileiras, a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Importante ressaltar que a concepção, idealização, execução e implantação dessa política só se fez possível, articulada a um outro projeto, igualmente revolucionário: o Sistema Único de Saúde – SUS. Ambos surgem num momento político brasileiro de construção e consolidação de um Estado Democrático de Direito e sustentam entre seus princípios a defesa incondicional dos direitos fundamentais para todos os cidadãos, sem privilégio de classe ou raça, sem privilégio do campo da razão e da normalidade.

Transcorridos 30 anos de intensa luta política, muito foi feito: desenvolvimento de práticas de cuidado em liberdade, afirmação da construção da cidadania de pessoas com sofrimento psíquico, tornando-os porta-vozes e protagonistas na luta por seus direitos, desinstitucionalização do asilamento psiquiátrico, com o fechamento de milhares de leitos e implantação de serviços abertos, territorializados e comunitários, criação de projetos nos campos do trabalho/economia solidária/cooperativismo e da cultura, práticas inovadoras nos milhares municípios brasileiros, criação de centenas de associações de usuários e familiares da luta antimanicomial, diversas formas de ensino e de produção de conhecimento, promulgação de Leis nacional, estaduais e municipais, intervenções voltadas à progressiva mudança do olhar da sociedade sobre a loucura, ampliando o convívio e o diálogo com os diferentes, criação de moradias para os usuários abandonados nos hospitais psiquiátricos, inclusão na política de saúde mental de questões voltadas aos temas como criança e adolescente, louco infrator, manicômio judiciário, população de rua e uso prejudicial de álcool e outras drogas.

No início do ano de 2017, militantes da luta antimanicomial, de diferentes Estados do Brasil, dialogaram, de forma mais sistematizada, sobre os rumos e os desafios da reforma psiquiátrica nacional frente ao cenário político com o “impeachment” da Presidenta Dilma Rousseff e do golpe de 2016. Fruto desse diálogo foi elaborado e divulgado, em março de 2017, o “Manifesto em Defesa da Democracia, dos Direitos Sociais e Por Uma Sociedade Sem Manicômios” que se difundiu nas terras brasileiras, e que propunha em seu parágrafo final: “A hora é de recrudescer a resistência e fortalecer as formas de luta que já estão em processo de organização nos municípios e estados. Convocamos todos os companheiros da nossa luta para um grande encontro nacional para traçarmos estratégias de combate contra o estado de exceção e em defesa da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial, do SUS e dos direitos sociais já conquistados”.

A partir de então, muitas pessoas, entidades, coletivos da luta antimanicomial, se mobilizaram para debater e construir uma agenda. Assim, articulavam-se antigos e novos militantes num coletivo amplo, a partir de 2017, com o objetivo de organizar o “Encontro Nacional dos 30 anos da Luta Antimanicomial”. Constituiu-se a “Articulação Nacional Pró Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios” formada por entidades, coletivos, núcleos, associações de usuários, familiares e profissionais, e militantes da luta antimanicomial de vários Estados. O coletivo discutiu e deliberou, de forma compartilhada, sobre todos os detalhes da organização do Encontro, com muitas reuniões presenciais, telefônicas, permitindo uma ampla participação. Um Encontro organizado por um coletivo plural.

O eixo central do Encontro foi a discussão da importância e necessidade de todos os trabalhadores, gestores, usuários e familiares, estudantes, docentes e pesquisadores do campo da saúde mental defenderem as conquistas obtidas ao longo de 30 anos de implantação de uma política pública vitoriosa, sustentada dentro de um Estado democrático, e refletir sobre os desafios colocados, reconhecendo que os retrocessos na saúde mental não ocorriam dissociados do contexto político no qual o país atravessa.

O Encontro também cumpriu o papel de mobilizar os serviços da Rede de Atenção Psicossocial de todo o Brasil, fortalecendo o sentido militante e coletivo da nossa luta, o que foi constatado pela presença de 20 Estados e mais o Distrito Federal, e cerca de 2.000 participantes. Muitas pessoas comentaram como foi vital, em um cenário árduo de resistência, poder partilhar aqueles dias com diferentes pessoas e coletivos, que se organizam em torno dos mesmos sonhos.

Vale destacar que o Encontro aconteceu de forma processual, ou seja, centenas de serviços da Rede de Atenção Psicossocial, ONGs, núcleos, grupos, associações de usuários e familiares, conselhos de classe, sindicatos, se mobilizaram, promovendo discussões, ao longo de todo o ano de 2017, por meio de rodas de conversas, encontros locais, ampliando assim a participação dos vários lugares no Encontro Nacional.

Foi com respeito e validação do ponto de vista de cada um, que foi compartilhado, com os usuários, as dificuldades encontradas durante o Encontro, com construções e encaminhamentos que buscaram minimizar os problemas, e, ao mesmo tempo, reconhecer a necessidade de serem pensadas novas formas de hospedagem e alimentação para o coletivo.

Importante destaque foi a entrada de novos atores em cena. Os adolescentes, pela primeira vez, participaram de forma criativa e organizada num Encontro da Luta Antimanicomial de âmbito nacional. Uma participação singular e potente na defesa de um cuidado qualificado e em liberdade.

Também em relação às diversas questões referentes ao campo de álcool e outras drogas, o coletivo se ampliou. Uma agenda, atualizada e antiproibicionista que, cada vez mais, se apresenta como central na disputa de modos de ver e viver mundos livres e cidadãos, nos municípios brasileiros.

As inúmeras rodas de conversas, realizadas durante o Encontro, revelaram a diversidade das experiências, o amadurecimento dos serviços, o nível da participação política dos usuários e dos trabalhadores, na luta pela consolidação e defesa da reforma psiquiátrica. Foram momentos de grande aprofundamento de temas específicos, com elaboração de propostas e questões que, com certeza, ajudarão a construir as agendas de luta do coletivo antimanicomial no Brasil.

No Encontro, várias atividades artísticas culturais foram apresentadas, dando visibilidade à potência das pessoas de sustentar modos de existir "fora da razão", para além do uso de remédios e procedimentos, sob a ética da liberdade e da inclusão social.

A Feira de Economia Solidária, com exposição dos trabalhos dos usuários da saúde mental e das pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, é a evidência da promoção de autonomia, autoestima de usuários e familiares, levando-se em conta suas potencialidades e demandas.

Esse Relatório expressa o enorme esforço, empreendido pelo coletivo responsável por sua produção, de refletir e registrar a riqueza desse Encontro. Das imagens, que pretendem traduzir a potência dos muitos momentos e reencontros vividos em Bauru, ao registro das discussões realizadas e das deliberações políticas construídas na ocasião, encontram-se, na tradução sob a forma de Relatório, elementos que, ao final, podem aparecer como fragmentos diante da intensidade das relações, afetos e experiências que constituíram o Encontro de Bauru em dezembro de 2017. À dificuldade própria de traduzir a grandeza desse Encontro em um Relatório, somam-se os problemas enfrentados com condições objetivas que, anunciadas ainda na plenária, impediram, por exemplo, que pudéssemos resgatar o registro de todas as discussões das rodas de conversa. Ao lado desse exemplo, podemos citar também a dinâmica das apresentações culturais ocorridas durante o Encontro, as quais resultaram em uma pluralidade de atividades que ultrapassaram a programação inicialmente prevista, de

difícil reconstituição. Assim, a produção do Relatório guiou-se por uma tentativa de registro completo do evento, mas assume, esgotados os muitos esforços para a reconstituição das diversas atividades e dimensões do Encontro de Bauru em 2017, a sua condição de incompletude na reconstituição de todas as discussões e atividades que compuseram esse momento histórico da luta antimanicomial Brasil.

Ressaltamos que este Encontro só foi possível pelo esforço individual e coletivo de vários militantes e entidades. Expressamos nossos sinceros agradecimentos aos colegas trabalhadores da Rede de Saúde Mental, da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura de Bauru, bem como, a todos colegas, funcionários da Subsede de Bauru do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, e do Conselho Federal de Psicologia que não mediram esforços para que o Encontro fosse realizado, e, também, à Universidade Sagrado Coração (USC) que nos acolheu, cedendo o espaço para a realização do evento. Agradecemos ainda ao Conselho Federal de Psicologia, ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz que contribuíram com a gravação de vídeos e diagramação deste Relatório.

Momento histórico da luta “Por uma sociedade sem manicômios”: não obstante os tempos sombrios, o Encontro de Bauru expressou, de forma clara, a potência do coletivo, a riqueza de um lugar de pertencimento uma vez que se é reconhecido e validado nas múltiplas formas de estar no mundo, a beleza das conquistas produzidas, a certeza de continuar caminhando, e, assim, a inenarrável vivacidade da luta antimanicomial.

Esperamos que este Relatório Final do Encontro de Bauru: 30 anos de Luta “Por uma sociedade sem manicômios” seja uma das fontes de inspiração para todos aqueles que acreditam e constroem, em seus cotidianos, um outro mundo, possível e necessário.

Mais um dispositivo na nossa luta por um Brasil democrático e mais justo! Que amplie nosso grito: Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!!

Comissão de Sistematização do Relatório Final do Encontro de Bauru:
30 anos de Luta “Por uma sociedade sem manicômios”

Novembro de 2018



2. **Entidades e coletivos que organizaram e apoiaram o Encontro de Bauru**



Articulação Nacional Pró-Encontro de Bauru: 30 anos de Luta “Por uma Sociedade sem Manicômios” - Coletivo Organizador:

- Associação ANIMA – Saúde Mental, SP
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Psicologia – ABEP
- Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME
- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE
- Associação Mente Ativa de Familiares e Usuários de São Bernardo do Campo, SP – AMAT
- Associação de Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo - ATOESP
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL
- Coletivo Craco Resiste - SP
- Coletivo Pró Frente Rio – RJ
- Coletivo Saci - São Paulo, SP
- Conselho Federal de Psicologia
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
- Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia - CFP
- Coral Cênico Cidadãos Cantantes - São Paulo, SP
- Federação Nacional dos Psicólogos
- Fórum Gaúcho de Saúde Mental – FGSM
- Fórum Goiano de Saúde Mental – FGSM
- Fórum Mineiro de Saúde Mental – FMSM
- Fórum Paulista da Luta Antimanicomial – FPLAM
- Fórum Permanente Intersetorial de Saúde Mental de Bauru- Bauru, SP – FPISMB
- Fórum Popular de Saúde Mental do ABCDMRR - FPSM ABCDMRR
- Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo - FEASP
- Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
- Instituto Silvia Lane - SP
- Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social - São Paulo, SP - LAPSO – USP
- Movimento Nacional da Luta Antimanicomial - MNLA
- Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH
- Núcleo Libertando Subjetividades - Pernambuco
- ONG Sã Consciência - SP
- Rede Nacional Internucleos da luta Antimanicomial - RENILA
- Rede de Saúde Mental de Economia Solidária – ECOSOL
- Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – SP

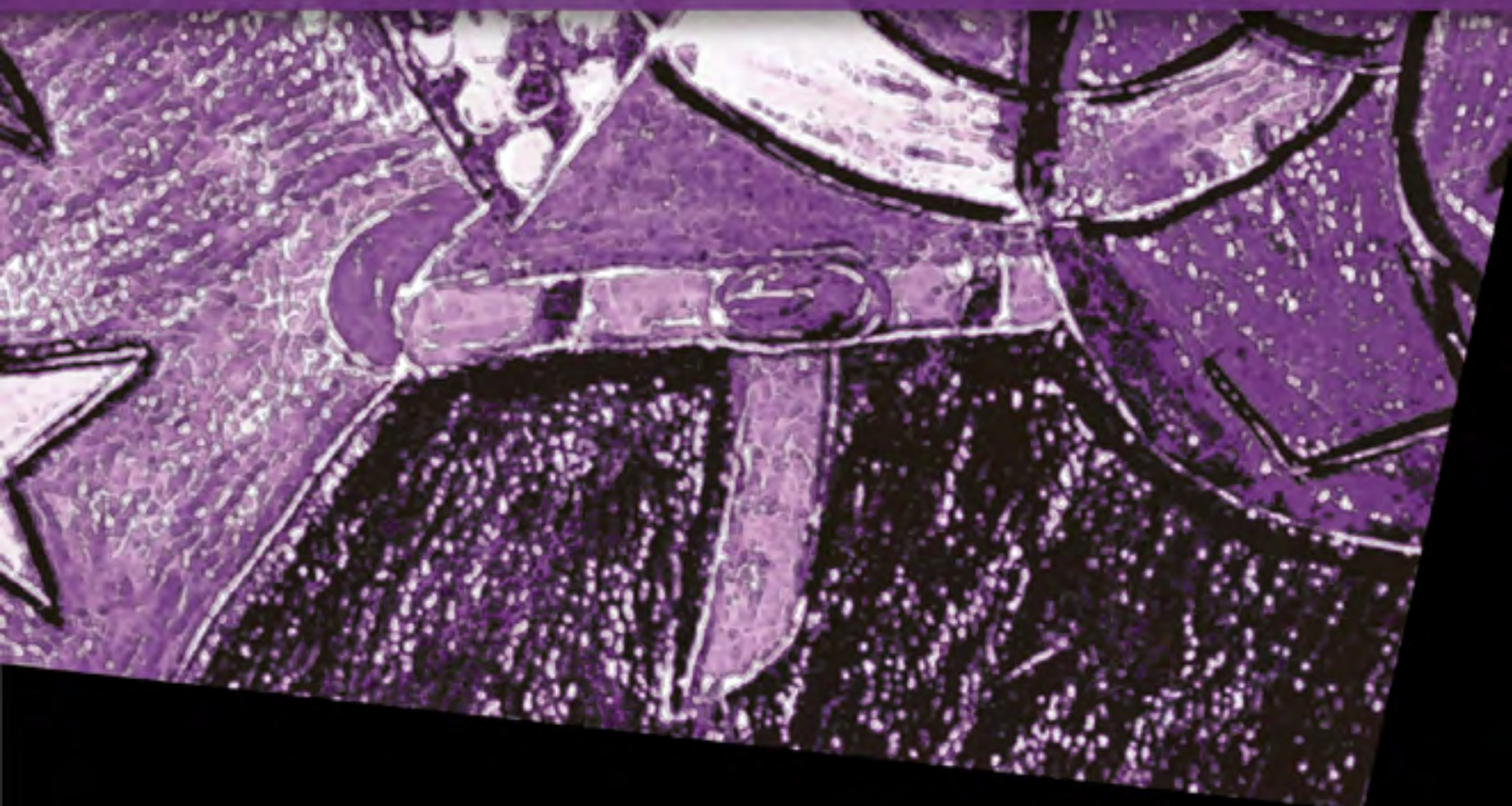
Vale destacar que diversos coletivos da Luta Antimanicomial desenvolveram mobilizações locais rumo ao Encontro de Bauru.

Entidades Promotoras e Apoio:

- Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME
- Conselho Federal de Psicologia
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
- Conselho Regional de Psicologia de Paraíba
- Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
- Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI
- Sindicato dos Psicólogos de São Paulo
- Prefeitura Municipal de Bauru/Secretaria Municipal de Saúde
- Universidade Sagrado Coração de Bauru - USC



3. **Programação Geral**



Local do encontro:

Universidade Sagrado Coração (USC) – Bauru, SP.

1º dia: 08/12/2017 - (sexta-feira)**7h30**

Credenciamento

9h

Mesa de Abertura do Encontro de Bauru

Homenagens aos companheiros militantes da luta antimanicomial - in memoriam

Mensagens ao "Encontro de Bauru"

Mesa: 30 anos de Luta Antimanicomial: histórico, análise de conjuntura e desafios

12h -14h

Almoço

14h

Rodas de conversa

16h

Caravana de Direitos Humanos/Audiência Pública

19h

Passeata da USC à Praça Rui Barbosa

19h30

Ato público na Praça Rui Barbosa

2º dia: Horário 09/12/2017 - (sábado)**9h**

Rodas de conversa

12h - 14h

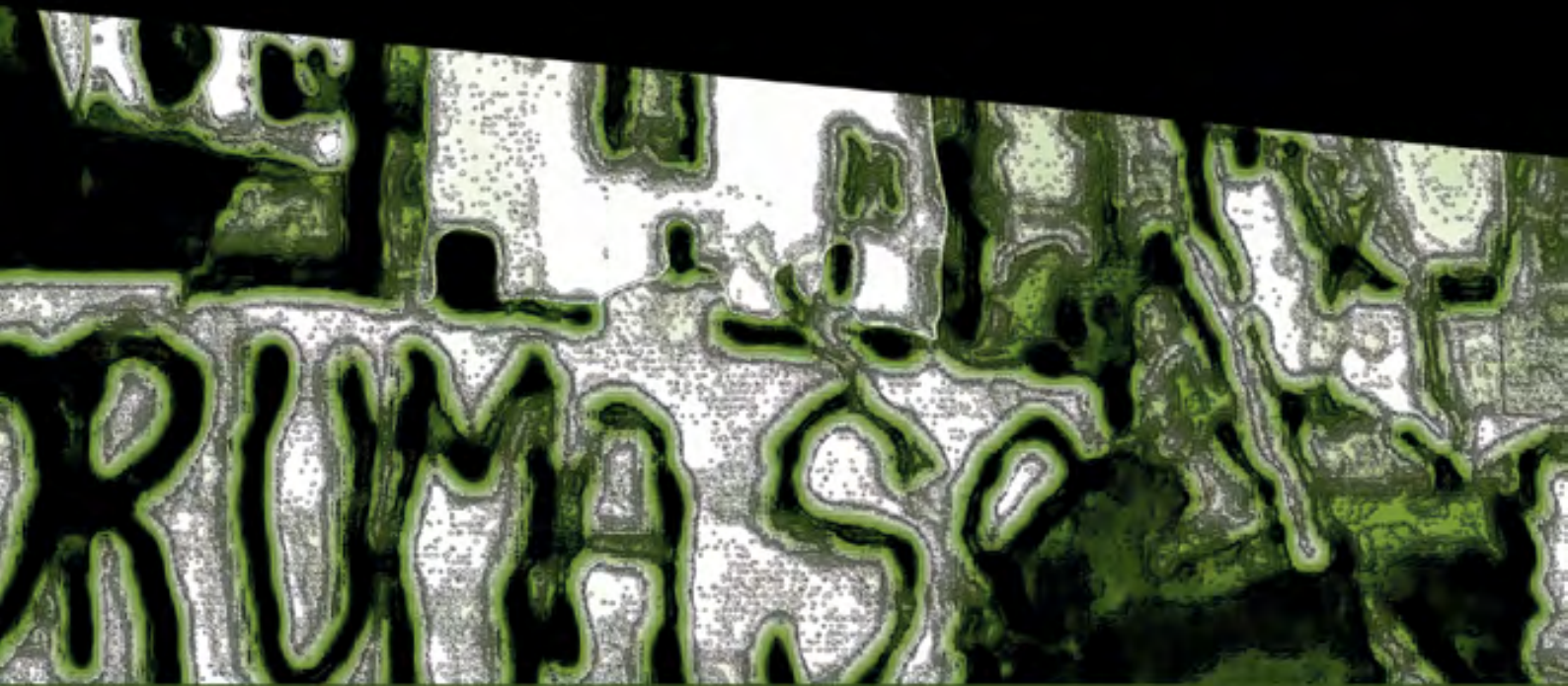
Almoço

14h - 18h

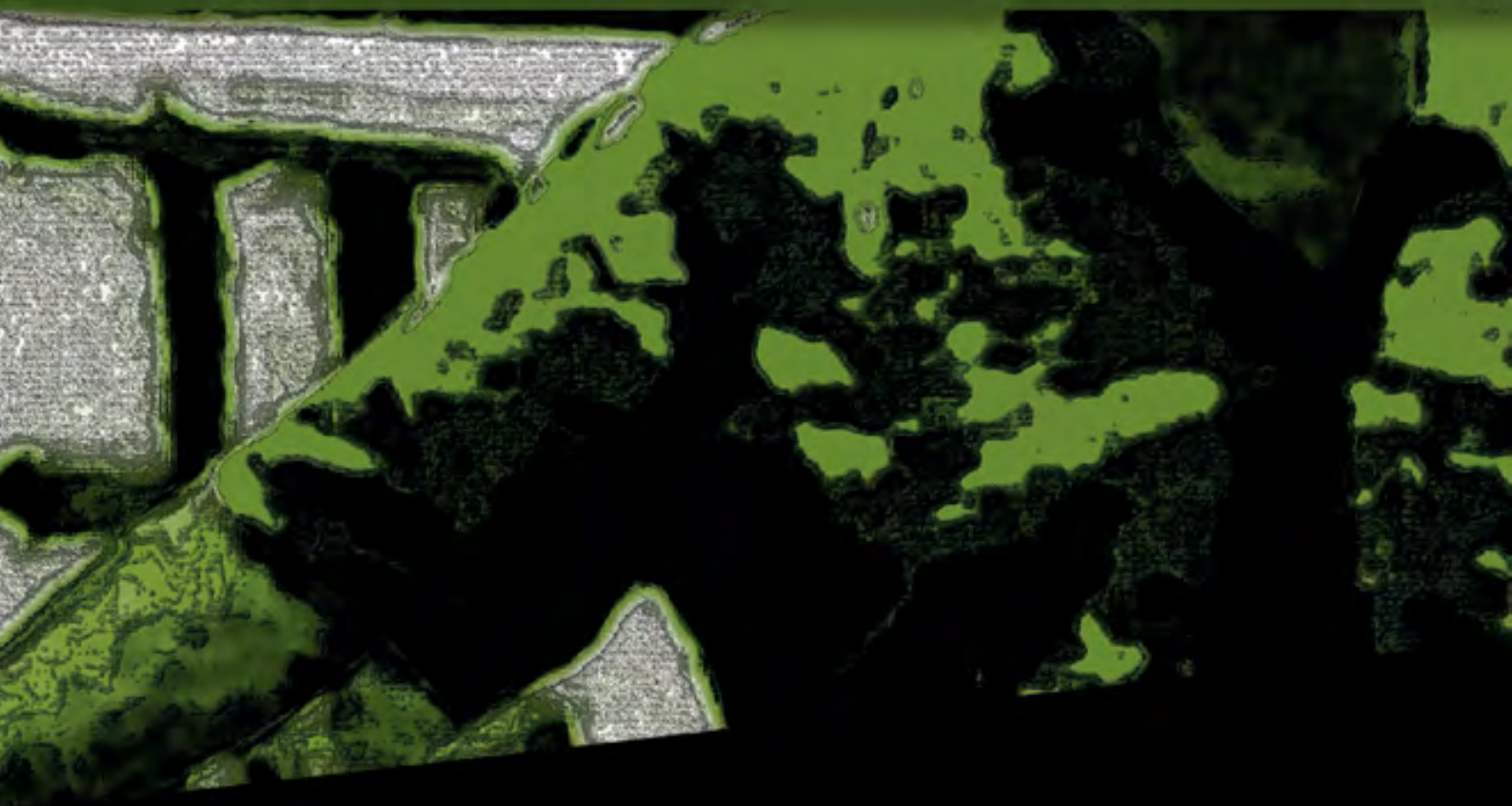
Plenária final

19h30

Programação cultural no Parque Vitória Régia



4. **Mesa de Abertura**





Cleiton José Senem

Coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Sagrado Coração - Bauru. Representando a Reitora Prof.^a Dra. Irmã Susana de Jesus Fadel

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento as autoridades que compõem a mesa, em nome da nossa reitora, Irmã Suzana de Jesus Fadel. Estamos muito felizes e alegres com este evento. Em nome da Universidade, estamos de braços abertos, acolhendo esse movimento tão importante de 30 anos de memória, recordação e luta, em prol da dignidade da pessoa humana, e de uma sociedade onde todos possam ter o seu lugar garantido, os seus direitos garantidos. Espero que a gente, enquanto profissionais -também, falando em nome do Curso de Psicologia da USC, de profissionais da psicologia, da TO, da enfermagem, de todos os cursos que trabalham com a Saúde Mental - que possamos desenvolver cada vez mais uma consciência crítica, reflexiva. E que, em nome das nossas profissões, nós possamos cada vez mais incluir todas as pessoas na nossa sociedade. Em nome da Irmã Suzana, sejam todos muito bem vindos à nossa Universidade.

José Eduardo Fogolin

Secretário Municipal de Saúde de Bauru - SP

Bom dia a todas, bom dia a todos. Eu quero agradecer a vinda de cada um de vocês, de todos os cantos do país. Principalmente porque a gente precisa rediscutir muita coisa em relação à saúde mental. Eu falo hoje aqui não somente como Secretário Municipal de Saúde de Bauru, mas como representante do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, e, principalmente, como cidadão. Eu quero, acima de tudo, trazer uma recordação de 30 anos atrás, quando esta mesma cidade foi palco de um movimento que mudou, de uma maneira muito importante, a luta do movimento, "Por uma sociedade sem manicômios". Naquela época, Paulo, eu ainda era menino, mas eu tenho um orgulho muito grande de ser bauruense, de ser Secretário Municipal de Saúde hoje, depois de 30 anos, e eu tenho que agradecer à história e ao momento, porque é um orgulho muito grande estar como Secretário Municipal de Saúde de uma cidade que foi berço da luta de um movimento de extrema importância no nosso Sistema Único de Saúde. E, acima de tudo, por ter convivido com muitas pessoas que aqui hoje estão, Tykanori, Lumena, todos do movimento, que eu aprendi ao longo dos anos a reconhecer e a ter toda sensibilidade que um gestor precisa ter, Paulo. Eu quero, acima de tudo, dizer que o nosso Sistema Único de Saúde tem uma dívida histórica com cada um de vocês. Tivemos avanços nos últimos 30 anos. Mas hoje, sem sombra de dúvida, a gente tem que considerar esse Encontro como novamente um grande momento, para, em primeiro lugar, unir a todos os movimentos da luta antimanicomial, unir todos os movimentos por uma nova sociedade, e procurar discutir qual cuidado em saúde mental a gente quer para o nosso país, no nosso Sistema Único de Saúde, nos próximos 30 anos. Eu quero dizer que a cidade de Bauru tem um orgulho muito grande em receber cada um de vocês.

Eu tenho uma história, Paulo: logo depois que eu me formei, comecei a trabalhar em Bauru. Infelizmente, naquela época, tinha um hospital aqui que era um hospital dito como um hospital

psiquiátrico. E eu era o único médico daquela instituição que lutava para não internar. E que ficava na recepção, Paulo, justamente tentando fazer com que a pessoa não entrasse naquele momento. Porque a gente sabe muito bem que durante muito tempo houve um movimento em tratar de uma maneira muito discriminatória o cuidado em saúde mental neste país. Desde o momento da luta antimanicomial, e desde o momento em que a gente começou a discutir rede de atenção psicossocial, a gente avançou mas precisa crescer muito mais. A gente sabe que o gestor municipal tem inúmeras dificuldades, seja financiamento, seja equipe. Mas isso não é retórica para nenhum gestor municipal de saúde dar um passo atrás naquilo que teve de avanço ao cuidado em saúde mental. Isto aqui é uma dívida, isso aqui é um reconhecimento, é uma conquista de vocês. Não é de gestor que passa por momentos na saúde pública. Isso é uma conquista da sociedade. E não adianta gestor dizer que tem dificuldade, porque isso é, volto a dizer, retórica para não dar as mãos para essa luta que a gente tem que reafirmar a cada momento.

Cada gestor está fazendo este ano seu Plano Municipal de Saúde. E os Conselhos, o movimento, devem cobrar que constem no seu Plano Municipal de Saúde todos os movimentos para que haja sim avanço na rede de atenção psicossocial. E não dá, como se colocou nos últimos dias, voltar vários passos atrás, por uma questão que eu queria destacar aqui, Paulo. Recentemente estão colocando a volta de pagamento de AIH e a manutenção de AIH para hospital psiquiátrico. Isto não dá para acontecer. Não dá para aceitar aumento de diária para hospital psiquiátrico. Isto a gente não pode aceitar. Como Secretário Municipal de Saúde eu posso dizer que tenho um compromisso em não aceitar isso na minha gestão. E farei todos os movimentos pra tensionar, justamente, que isso a gente tem que levar pra discussão. Ainda mais, não dá pra acatar proposta para que se aumente essa AIH de leito de hospital psiquiátrico, e muito menos que não saia recurso de AIH para serviço de residência terapêutica. Podemos sim dialogar sobre novos formatos de cuidado, mas não venha com ambulatório de saúde mental que quebra a lógica da nossa rede de atenção. Este é o movimento e o compromisso que eu tenho como Secretário, e como representante membro do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo que levar para o diálogo.

E para concluir, eu quero, acima de tudo, que nesses dois dias, aproveitem esse movimento, aproveitem Bauru. A história, ela deve ser cobrada. A história na cidade de Bauru, que fez a sua carta e o movimento de uma luta de uma sociedade sem manicômios. A gente tem que ter, a partir de agora, uma sociedade sem meias políticas públicas. Por maiores diferenças que a gente tenha entre movimentos da luta antimanicomial, que a gente se junte. Que daqui a dois dias a gente possa sair de Bauru com dois princípios básicos: lutar novamente, cada vez mais forte, pela luta por uma sociedade sem manicômios, por uma luta sem retrocessos; e que Bauru, sempre estará de braços abertos, porque que a gente faz parte dessa história. Sejam muito bem vindos, contem comigo, com a nossa Secretaria e vamos em frente. Obrigado a todos.

Rogério Giannini

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Bom dia. Eu sei que o momento é um momento de confraternização, de festa, enfim, mas é um momento grave no país e acho que eu não poderia começar a minha fala sem dizer. primeiramente: Fora Temer! Eu tenho a impressão de que se a gente não disser exatamente o que está acontecendo no Brasil, e o contexto em que está a luta antimanicomial do Brasil hoje, a gente está faltando com nosso dever de cidadania na defesa da democracia. O Brasil vive um ataque brutal à sua democracia. E os eventos que têm ocorrido nas últimas semanas, particularmente o que ocorreu com a Universidade Federal de Minas Gerais, com a condução coercitiva violenta, desnecessária, ela marca que nós vivemos, se não numa ditadura, num regime profundamente autoritário, que desrespeita leis, que desrespeita a Constituição. E desrespeita a dignidade do ser humano. Eu queria dizer que a gravidade disso - e o Secretário já pontuou ataques importantes em relação à saúde mental especificamente, e ao conjunto

de outras políticas públicas - nos atinge e nos interessa, interessa profundamente ao nosso povo da luta antimanicomial. Porque nós dizemos sempre, nós afirmamos, que o que trata, o que cuida, o que acolhe, é a liberdade, é a cidadania. A cidadania é a grande ferramenta de cuidado e de tratamento na rede de saúde mental no Brasil. Se a cidadania do brasileiro, se a democracia no Brasil é atacada, é atacada a alma, o cerne, de cada equipamento, de cada serviço da rede substitutiva. É agredido o cerne da luta antimanicomial. Então, ser antimanicomial no Brasil é ser democrata, é lutar por justiça social e é lutar por cidadania. Acho que isso é uma afirmação fundamental que a gente tem que fazer aqui.

Eu tenho a consciência de que nós vivemos num momento difícil, num momento duro, mas nós também vivemos e conhecemos a nossa força, conhecemos a nossa capacidade. E eu acho que nesse momento de resistência aos ataques aos preceitos da luta antimanicomial, nesse momento de resistência aos ataques às políticas públicas, que nesse momento de resistência em defesa da democracia, precisamos transformar cada serviço, cada CAPS, cada consultório de rua, cada residência terapêutica em pontos de resistência da democracia. Eu acho que temos uma bandeira fundamental. E a gente está aqui pra afirmar algumas coisas: a gente está aqui pra afirmar a nossa unidade, não apesar, mas pela nossa diversidade. A nossa diversidade, ela é um valor que tem que ser afirmado aqui. Na hora de construir a nossa unidade, na hora de construir a nossa carta de Bauru de 2017, temos que afirmar isso. Somos sim diversos, mas somos unidos por uma luta muito maior, que é a democracia, que é a defesa dos direitos sociais, que é a luta-antimanicomial. É isto. Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais. Muito obrigado.

Paulo Delgado

Ex-Deputado Federal. Autor da Lei Federal 10.216, de 06 de abril de 2001, que "Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental"

Bem, bom dia. É um prazer muito grande estar em Bauru, trinta anos depois de que 350 brasileiros, na época, homens e mulheres, iniciaram esse movimento nacional de caráter humanitário e público. Já havia uma luta antimanicomial no Brasil. Luta que tem na doutora Nise da Silveira, do Rio de Janeiro, uma pioneira, com os acolhidos da Casa das Palmeiras. Luta que tem também, antes de Bauru, Franco Basaglia, em Minas Gerais, no Congresso de Psiquiatria que culminou com a visita que "abriu" Barbacena. Basaglia é de Veneza. Veneza é dentro do mar. E o mar é indeciso como a onda que vai e vem. Como a onda indecisa que a vida tem. Assim é a luta antimanicomial. As dificuldades são sempre caminhos de superação. É preciso educar os deseducados, desconstruir o que está mal construído. É preciso reconstruir o que foi ou está interrompido. Assim é o mar, a luta de Netuno, assim é a luta antimanicomial.

Nós começamos essa luta 200 anos depois de Philippe Pinel, que também não deve ser esquecido.... Quando Pinel imaginou os doentes mentais no hospital psiquiátrico foi para impedir que morressem na agitação da Revolução Francesa, quando a crise da Europa derrubou todas as bastilhas. Pinel pensou: "Há um resto de razão nas pessoas que me permite considerar que elas podem ser tratadas, acolhidas, e beneficiárias de algum tipo de cuidado". É preciso inscrevê-las como cidadãos de direitos. Cuidado é atenção: "Cuidado, olha o degrau!". Cuidado é acolhimento, é interjeição, cuidado é o zelo dos preocupados. Então, Pinel não imaginava que um hospital - que vem de hospitalidade, a mesma raiz etimológica de hospedagem, o mesmo sentido de ser hóspede, acolher você no melhor quarto da minha casa - que um hospital pudesse virar masmorra. Esta é a luta antimanicomial: é hospedagem, voltar para casa, hospitalidade, acolher as pessoas que precisem. Mas não só em equipamentos; é preciso acolher no coração. Acolher com técnica. O avanço da medicina, Basaglia sempre chamou atenção para isto, ajuda a luta antimanicomial. Claro que ajuda. O Secretário de Saúde sabe bem disso. Mas é bom não esquecer que água com açúcar dada com amor faz mais efeito que remédio dado com indiferença. Às vezes, olhar uma pessoa com amor e beijá-la é melhor do que lhe aplicar remédio sem nem observá-la.

O que falta, hoje, no Brasil, é enfrentar a elite brasileira, que sempre foi uma elite fria, indiferente às dificuldades do povo brasileiro. O povo sempre foi muito melhor que a nossa elite. Por isto é bonito que a gente esteja aqui em Bauru, porque as 350 pessoas que fizeram o movimento em 1987, elas foram o motor que levou em 1989, dois anos depois, a apresentar a Lei da Reforma Psiquiátrica no Congresso Nacional, duzentos anos depois de Pinel. Como constituinte, tive a honra de ser procurado pela Ana Pitta, que estou vendo ali, pelo Pedro Gabriel, meu irmão, pelo Paulo Amarante, que vi chegar há pouco. Nós tivemos Tykanori, e David Capistrano, também um pioneiro da luta antimanicomial. E tantos outros que esqueço neste momento de emoção. O Cezar Campos, lá de Belo Horizonte, que morreu tão cedo; o Marcus Vinicius, que também se foi tão cedo, tantos de nós; a Marta Elizabete. Um movimento gigantesco. E hoje, com o Conselho Federal de Psicologia, através do Rogério, quero agradecer e saudar vocês. O que vocês estão fazendo aqui em Bauru é afirmar a autonomia do movimento social. Nenhum movimento cresce sem autonomia. E cada um que veio aqui, veio pelas próprias pernas. Isto é o que muda um país. Ninguém muda se não tiver força de vontade para se movimentar com as próprias pernas.

Pois bem, depois de Basaglia em Belo Horizonte, nós tivemos o movimento que deu origem ao SUS, de que o Secretário falou tão bem. Os princípios da reforma psiquiátrica são os princípios do SUS. Descentralização: nós temos que estar onde as pessoas estão. Integralidade: todos têm direitos a todos os tipos de tratamento, do mais sofisticado neuroléptico até o cuidado mais modesto, todos têm o direito de serem acolhidos em liberdade. Da mesma maneira, evitar a desterritorialização, que é um dos problemas da maior angústia em nosso país, que é o fato de você se tratar isolado, distante, do lugar onde você foi acometido daquilo e onde está sua família.

A doença mental não é contagiosa, não precisa de internação. Este é um dado que a psiquiatria tem que saber. E a psiquiatria não tem o direito de querer entrar na mente das pessoas para mudar sua cabeça. Como bem sabe o doutor Domingos Sávio, também líder do movimento antimanicomial, que não pode vir aqui. Domingos hoje está com dificuldades de andar, mas a cabeça continua totalmente ligada e atuante. Ele me autorizou a trazer seu abraço para vocês, e disse que ia também mandar a saudação por meios eletrônicos. Enfim, Bauru, muito obrigado, muita força. A única coisa que posso dizer a vocês é que estou à disposição da luta antimanicomial. Essa lei na verdade passou por mim. Não é uma lei construída. Não é uma lei inventada. Esta é uma lei descoberta, pois ela já estava pronta no coração das pessoas de bem. Parabéns aos familiares, aos usuários, parabéns a todos os que precisam da saúde mental. E termino dizendo: não sou técnico, psiquiatra, psicólogo, terapeuta, não sou assistente social, sou candidato a louco. E, se enlouquecer, quero ser tratado num CAPS, no melhor CAPS de vocês. Muito obrigado.

Iracema Vieira Polidório

Presidente da Associação de Pacientes e Familiares da Colônia Juliano Moreira - APACOJUM, representando o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial - MNLA

Bom dia a todos, bom dia à mesa, saudações antimanicomiais! Fora Temer! Fora, fora Temer! Fora Temer!

Esse é o nosso grito de guerra. A gente está tendo um retrocesso. Mas estamos na luta, são 30 anos de luta. Há dez anos estávamos aqui comemorando os 20 anos de Bauru, e estamos aqui hoje novamente, são 30 de luta e de garra. Nós não vamos deixar a reforma entrar em retrocesso, nós temos que estar aí lutando, usuários e familiares, e técnicos, é a essência do movimento. Somos uma corrente, cada um de nós é um elo; estamos aí nessa luta. Obrigada ao Secretário de Saúde, à Universidade que trouxe essa oportunidade para nós estarmos aqui. Temos nesta mesa usuário, familiar – e nós estamos lutando. E essa luta não vai morrer. O nosso primeiro encontro foi em 1993, de usuários e familiares em Salvador, como Marcos Vinicius - vamos gritar o nome do Marcos Vinicius: Marcos Vinicius, presente!

Presente! Presente! Porque ele deve estar aqui junto, ele que era um lutador. Então, eu quero agradecer, e estou emocionada, porque estamos nesse momento histórico, gente, porque estamos num momento difícil da política e conseguimos chegar aqui, isso é muito importante. Então, familiares, eu peço a vocês que estão presentes, vamos nos unir, vamos continuar com a nossa força. Usuários, vamos continuar! O movimento não pode parar, ele é um círculo, e nesse círculo a gente tem que estar sempre junto. Obrigada a todos vocês. Eu não vou me alongar mais. Saudações antimanicomiais! Eu peço a vocês, vamos bater uma forte salva de palmas para a luta antimanicomial. Manicômio nunca mais, nunca um passo atrás! Viva a reforma psiquiátrica brasileira! A luta é nossa! A luta é nossa! Obrigada a todos vocês!

Sílvia Maria Soares Ferreira

Vice Presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais ASUSSAM-MG, representando a Rede Nacional Internucleos da Luta Antimanicomial - RENILA

Bom dia a todos e todas! É uma enorme alegria estar aqui em Bauru comemorando os 30 anos da luta antimanicomial. E em nome da RENILA gostaria de cumprimentar cada militante que está aqui presente e, apesar dos tempos sombrios na política de nosso país, se deslocou e veio militar, lutar e articular com nossos companheiros mais 30 anos de luta.

De pensar na ousadia e coragem de nossos primeiros companheiros, dentre eles, Marcus Vinicius Matraga, que tendo certo em seus corações que é possível uma sociedade sem manicômios, numa cultura que só conhecia o hospício, levantaram a voz e trabalharam para que os loucos tivessem voz e direito.

Hoje, 30 anos depois, eu posso dizer que essa ideia está certa e em 12 anos de tratamento nunca estive em um hospital psiquiátrico e sinto que o pior já passou, que meus sonhos estão bem próximos de serem realizados. Aliás, sendo militante no coletivo da luta antimanicomial, eu realizei e vivi muitos sonhos!

E é isso que eu desejo a cada um de nós, que possamos continuar na luta com a mesma certeza que norteou o coração dos primeiros militantes: que é possível sim uma sociedade sem manicômios.

Mario Alexandre Moro

Militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial no segmento dos usuários, membro da Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo, do Fórum Popular da Saúde Mental do ABCDMRR e do Fórum Pauslita da Luta Antimanicomial, representando a Articulação Nacional Pró-Encontro de Bauru: 30 anos de Luta "Por uma Sociedade sem Manicômios"



Apesar de todos os transtornos enfrentados, porque um Encontro Nacional, se não tiver transtorno, não rola, não é gente? Apesar de tudo, agradeço a vocês, aos militantes e simpatizantes da luta antimanicomial que aqui em Bauru se fazem presentes, comemorando os 30 anos de luta antimanicomial. Agradeço a Secretaria de Saúde de Bauru, a todos os integrantes da comissão organizadora deste encontro pela ampla mobilização que fizeram, para que tudo que vocês vieram desfrutar se concretizasse neste momento. Então, é com grande honra que aqui me encontro, representando o segmento de usuários da saúde mental, provando a todos vocês, que o usuário, independente de portador de transtorno mental, tem condições, sim, de estar numa mesa dessas, participando das

discussões públicas que nos envolvem, no município, no Estado e até no âmbito nacional, enfrentando com todo seu protagonismo essa luta que buscaremos fortalecer. Vamos fortalecer esta luta através do que for discutido e tirado nas rodas de conversa, com diretrizes para nos articular perante essa gestão de governo; vamos ver o que poderemos fazer para

resistir e nunca se entregar nessa luta.

A gestão deste governo, por incrível que pareça tem coragem de cortar um repasse de mais de 90% de verba destinada à assistência social para investir em comunidades terapêuticas. Um absurdo uma coisa dessas! Governo que fica gastando milhões e milhões com propaganda enganosa, falando de déficit da previdência social. Uma CPI foi feita recentemente comprovando que isso não existe, é tudo mentira, que os maiores devedores da previdência social são os bancos e as empresas privadas que devem mais de 450 bilhões de reais. Querem deixar às custas do povo brasileiro essa dívida. Se procurassem em Brasília cortar uma parte do repasses dos gabinetes dos parlamentares imaginem quantos bilhões teriam sobrando por ano! Mas isso nem pensam em fazer; se preocupam, sim é de estarem articulando, na calada da noite, de trás dos panos, como já estamos sabendo através das mídias sociais, umas portarias para colocar em prática que fazem retroceder toda política nacional de saúde mental inclusa na Lei Federal 10.216/01, e dos 30 anos de luta Antimanicomial; fazendo que os hospitais psiquiátricos sejam incluídos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), liberando milhões de reais para manutenção deles, e como incentivo para as Comunidades Terapêuticas. Isso é um absurdo! Precisamos nos reforçar com apoio de estudantes, da luta antimanicomial, reativando os Encontros Nacionais dos Estudantes da Luta Antimanicomial (ENEAMA) que estavam acontecendo, para reforçar essa luta. Porque esta luta não pode acabar! Manicômio nunca mais! Por uma sociedade sem manicômios! Um abraço a todos e todas, muito obrigada por terem vindo a Bauru no Encontro dos 30 anos. E aguardem, porque além dos transtornos, muita coisa do bom e do melhor vocês estarão encontrando.

A close-up photograph of a dark fabric, possibly a uniform, with white embroidery. The embroidery is in a bold, sans-serif font and reads "LUTA ANTIMANICOMIAL". The lighting is dramatic, highlighting the texture of the fabric and the raised nature of the embroidery.

LUTA ANTIMANICOMIAL

5. **Homenagem aos companheiros
militantes da luta antimanicomial**

Produção do vídeo: Mario Alexandre Moro e Noelia Roque Vieira Nunes

Colaborador: Pedro Henrique Marinho.

Disponível em: MILITANTES HISTORICOS 1.wmv

Na mesa de abertura foi realizada uma homenagem a militantes históricos que contribuíram ativamente para a construção do SUS e da Reforma Psiquiátrica no Brasil e na América Latina.

Antônio Lancetti (1949 -2016)



Argentino de nascimento e brasileiro-argentino de coração Lancetti contribuiu de muitas formas para a luta antimanicomial. Publicou livros, participou de iniciativas inovadoras no campo da saúde em Santos, São Paulo e São Bernardo do Campo. Participou de debates públicos por todo o país defendendo o cuidado em liberdade. Figura presente nos momentos importantes de enfrentamento dos manicômios e da construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 9: Álcool e Outras Drogas

Antônio Luiz Marcelino



Usuário que após a liberdade dos manicômios escolheu o município de Santo André para viver. Foi Militante do Movimento Antimanicomial, participando do Fórum do ABCDMRR e do Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 6: Loucos Como Sujeitos de Direitos

Austragéliso Carrano (1957 – 2008)



O paranaense Austragéliso Carrano, militante do movimento antimanicomial, combateu a discriminação e a exclusão social das pessoas com transtornos mentais. Foi autor do livro "Canto Dos Malditos" que inspirou o premiado filme "O Bicho de Sete Cabeças".

Homenagem: Título da Sala de Tribuna Livre

David Capistrano Filho (1948-2000)

Médico sanitarista foi figura fundamental para a construção do SUS e da reforma psiquiátrica. Foi Secretário de Saúde de Bauru, de Santos e Prefeito da mesma cidade. Em Santos teve papel importante no fechamento da Casa de Saúde Anchieta. Foi ainda articulador da criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES).

Homenagem: Título da Sala de Vídeos David Capistrano Filho.



Deusdete do Carmo Martins



Foi psicóloga, especialista em Saúde Pública e Psicologia Hospitalar. Foi precursora do Movimento da Luta Antimanicomial em Goiás, nos meados dos anos 80 quando concluiu a graduação e iniciou participação em sindicato. Formou o Fórum Goiano de Saúde Mental (FGSM) e fez da luta sua vida.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa Tema 8: Infância e Juventude.

Eduardo Araújo

Eduardo, um dos primeiros usuários militantes da Bahia, criador do grupo Metamorfose Ambulante, andou por todo o Brasil na luta por uma sociedade sem manicômios. Defendia o direito ao delírio - e como era belo o seu delirar! Questionava ousadamente os saberes psi; indignava-se pela recusa da sociedade em permitir ao louco viver plenamente suas experiências.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa Tema 1: Cuidado em liberdade: A RAPS que queremos



Fábio Belloni



Fábio Belloni era psicólogo, professor universitário, Militante da Luta Antimanicomial e dos Direitos Humanos foi Idealizador, um dos fundadores da Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo.

Homenagem: Título da Feira de Economia Solidária.

Geraldo Francisco da Silva



Foi psicóloga, especialista em Saúde Pública e Psicologia Hospitalar. Foi precursora do Movimento da Luta Antimanicomial em Goiás, nos meados dos anos 80 quando concluiu a graduação e iniciou participação em sindicato. Formou o Fórum Goiano de Saúde Mental (FGSM) e fez da luta sua vida.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 8: Infância e Juventude.

Geraldo Peixoto (1933 – 2015)



Militante Histórico do Movimento Antimanicomial, Foi um familiar paulista que esteve presente nos momentos mais importantes da construção da Reforma Psiquiátrica. Incansável companheiro, fez a ponte entre muitas gerações do Movimento Antimanicomial

Homenagem: Título da Tenda Paulo Freire – Geraldo Peixoto

Igídia Olegal dos Santos



Após 45 anos de internação psiquiátrica no HPSP, Igídia retorna para sua cidade natal: Alegrete. Ingressou no Programa De Volta pra Casa da RAPS. Em Alegrete, Igídia residia em Moradia Assistida com acolhimento e cobertura das equipes do SRT e do CAPS II. Igídia era amada pelos moradores, vizinhos e referência no bairro. Se reencontrou nas atividades criativas e lúdicas, adorava as Paradas Gaúchas do Orgulho Louco, momento que trocava suas experiências da vida em comunidade e em liberdade.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 12: O direito a cidade: luta antimanicomial e intersectorialidade

Ismael Valandro Schmitt



Ismael Valandro Schmitt, médico, psicanalista, defensor de uma clínica emancipatória, em favor do sujeito! Defensor da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, foi gestor de Saúde Mental em Porto Alegre e militante do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, lutava pelo direito ao cuidado em liberdade!

Homenagem: Título do Espaço Lúdico – infância e juventude

Jamila Casemiro Pereira (1982 – 2017)



Foi militante do movimento estudantil e do Movimento Antimanicomial, contribuiu para a discussão da formação em saúde. Ajudou a problematizar questões sobre gênero e raça no contexto dos movimentos sociais. Foi docente e trabalhadora da política de Assistência Social.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 11: O direito à diferença: a luta contra as opressões

Marcos Collen (1957 – 2017)



Psicólogo, Collen participou, em 1987, II Congresso Nacional dos Trabalhadoras/es em Saúde Mental. Foi dirigente sindical (SINPSI SP) e membro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 3: Trabalho em saúde e enfrentamento da precarização

Marcus Vinícius de Oliveira Silva (1958 – 2016)



Militante incansável dos direitos humanos, foi um dos precursores do Movimento Antimanicomial. Marcus foi militante da Reforma Psiquiátrica e da Saúde Mental no Brasil. Contribuiu em diversos espaços, no CFP, na Universidade, nos conselhos de políticas públicas e na Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 2: Por uma Reforma Psiquiátrica antimanicomial: desafios e impasses para os movimentos sociais

Maria Cristina Carvalho da Silva



Maria Cristina Silva foi psicóloga na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, docente, esteve na gestão do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul e do Conselho Regional de Psicologia do RS.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 5: Justiça e garantia de direitos

Maria do Socorro Santos



Maria do Socorro foi uma artista e militante do movimento da luta antimanicomial. Em contato com a atenção psicossocial e com o movimento antimanicomial, tornou-se bolsista e diretora do Instituto Franco Basaglia. Mas foi através da pintura que encontrou a melhor forma de expressão e de participação nas lutas sociais. Suas pinturas estão hoje em livros e cartazes da área da saúde mental, e seu nome foi dado ao primeiro CAPS III da cidade do Rio, na conhecida favela da Rocinha.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa Tema 7: Comunicação e cultura.

Maurício Silva Lima



Foi um dos fundadores da Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo, militou na Plenária Municipal de Saúde de São Paulo, na União dos Movimentos Populares de Saúde, foi por dois mandatos Conselheiro Municipal de Saúde de São Paulo e Coordenador da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do CMS-SP.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa Tema 7: Comunicação e cultura.

Rogélio Casado (1954 - 2016)



Rogélio incluiu o Amazonas no mapa da luta antimanicomial brasileira. Rogélio trouxe à Reforma Psiquiátrica a marca das particularidades sociais e culturais de cada região do Brasil. Nos anos 80 realizou importantes denúncias de maus tratos no hospital psiquiátrico "Eduardo Ribeiro". Dirigia a Associação "Chico Inácio"

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa Tema 14: Medicalização e Sociedade.

Maurício Silva Lima

Mineira, Rosi foi uma militante histórica da luta antimanicomial e pioneira na criação e implementação dos serviços substitutivos aos manicômios na rede de saúde mental. Coordenou a Política de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, trabalhou em diversos locais. Foi docente. Representou importante resistência contra as Comunidades Terapêuticas. Também coordenou a Comissão de Direitos Humanos do CRP MG.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 10: Políticas Públicas em tempos de desmonte dos direitos sociais



Rogélio Casado (1954 – 2016)



Psicóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Deu grande contribuição para a humanização do cuidado.

Homenagem: Título da Sala de Roda de Conversa
Tema 4: Contra a maré: Velhos e novos problemas da institucionalização



6. **Mensagens ao Encontro de Bauru**



Domingos Sávio do Nascimento Alves

Durante os anos de 1990 foi Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde. A partir do final da década de 1990, consultor do Ministério da Saúde (MS), e um dos diretores e último presidente do Instituto Franco Basaglia)

Meu nome é Domingos Sávio Alves, sou militante antigo da Reforma Psiquiátrica Brasileira e vim dar boas vindas a vocês que estão participando do Encontro dos 30 anos de Bauru. Eu tive o privilégio de participar do primeiro Encontro em 1987 e pude colher os frutos de tudo aquilo que se discutiu e aprendi naquele Encontro, para poder depois aplicá-lo na implantação da política pública de Saúde Mental do Ministério da Saúde, na década de 90, na condição de Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental. Então, eu tenho certeza que este Encontro vai ser tão exitoso quanto aquele de 30 anos atrás e que nós poderemos colher muitos frutos. Eu queria então nessa oportunidade também agradecer os companheiros da organização/articulação nacional que me permitiram participar dessa forma, deste evento tão significativo. Eu quero então desejar um ótimo Encontro a todos. E lembrar sempre que nós unidos, geralmente vencemos, nós geralmente somos fortes quando estamos unidos. Saudações e um ótimo Encontro para todos.

Franco Rotelli

Diretor dos Serviços de Saúde Mental de Trieste por mais de 20 anos, Diretor Geral da Azienda per i Servizi Sanitari por 10 anos; de 2013 a 2018 "Deputato Regional" e Presidente da Comissão de Saúde e Políticas Sociais da "Câmara Regional" da região Friuli Venezia Giulia

Bom dia

Sinto muito não poder estar com vocês, mas estou contente de poder cumprimentá-los mesmo se a alguns milhares de quilômetros de distância, de Trieste.

Nos conhecemos há muitos anos, participei dos primeiros tempos da luta antimanicomial no Brasil, e o trabalho de vocês, o entusiasmo de vocês, todas as lutas de vocês, foram para nós, na Itália, de enorme importância: uma grande chamada, um grande exemplo, um grande gesto de esperança.

Aquilo que acontecia no Brasil nos ajudou a seguir adiante com muitas coisas na Itália onde parece que a situação esteja melhor, mas certamente também aqui enfrentamos tantas dificuldades, tantos obstáculos na transformação, difícil, sempre, da psiquiatria e das políticas de saúde mental.

As políticas de saúde mental no mundo continuam a seguir de modo muito alternante entre alguns sucessos e dramas que ainda hoje dizem respeito à grande parte da população com problemas de saúde mental; os sucessos não modificaram algumas realidades de fundo, ainda existem hospitais psiquiátricos inaceitáveis em grande parte do mundo, ainda existem formas de abandono violento de notabilíssimo número de pessoas em outras partes do mundo; e às vezes os dois fenômenos ocorrem ao mesmo tempo.

Nesse contexto, nós buscamos, em todos esses anos, e vocês buscaram, em todos esses anos, lutar seja contra o abandono, seja contra o manicômio; buscamos lutar por uma política de saúde mental, por uma construção de direitos.

Construção de direitos para todos, que significa desenvolvimento, emancipação, de possibilidades, para cada um de nós, também. E essa grande batalha de civiltà [no sentido de emancipação coletiva, de construção de cidadania], essa batalha por um diverso contrato social, por uma diferente relação entre as pessoas, deve continuar a atravessar a questão da

psiquiatria, a questão das políticas de saúde mental, porque essas questões são vitais, são de enorme importância para todos.

A luta antimanicomial é uma luta emblemática, tem um valor simbólico, além de valor real para as pessoas que são diretamente implicadas; tem um valor simbólico porque uma luta pela liberdade, pelas liberdades de todos, pelos direitos individuais, pelos direitos sociais, pelos direitos civis de todos.

“Todos ou ninguém”, se intitulava um velho filme italiano que narrava percursos de reforma psiquiátrica.

“Ninguém excluído”. “A liberdade é terapêutica”.

Essas palavras devem continuar a atravessar nosso caminho, e continuar a atravessar o caminho de vocês. Nós sabemos que o caminho de vocês continua a ser atravessado por essas palavras, e também sabemos das dificuldades políticas, institucionais, que atravessam atualmente o país de vocês.

Estamos próximos de vocês, esperamos que vocês estejam próximos de nós.

Há uma batalha global, no mundo todo, para desenvolver essas questões, há uma batalha de liberdade, de avanço, de civiltà [no sentido de emancipação coletiva, de construção de cidadania], que nesse campo pode produzir grandes resultados, grandes entusiasmos, e grandes emoções.

Esperamos que vocês continuem a recompor a vocês mesmos e a nós.

Tchau.

Trieste, 21 de novembro de 2017

ULAPSI – União Latino Americana de Entidades da Psicologia

A ULAPSI é uma entidade de organização da Psicologia na América Latina. Criada em 23 de novembro de 2002 na cidade de Puebla, no México, e reúne várias entidades de psicologia latino-americanas. Seu objetivo é constituir uma rede de articulação científica, profissional e acadêmica, não mercantilista e de compromisso com um problema social latino-americano, integrada por entidades da Psicologia da América Latina.

Suzana Ferrer

Psicóloga, integrante da mesa executiva da Coordenadora de Psicologia do Uruguai. Único Conselho de Psicólogos da República Oriental do Uruguai

Queridas companheiras e companheiros do Brasil, vocês estão completando 30 anos de luta antimanicomial. Um exemplo para toda América Latina e, também, para o Uruguai.

Nós estamos completando 30 anos como grêmio e, também, nos marca este objetivo de conquistar uma lei de saúde mental, que está em discussão há 80 anos em nosso país. Este ano conseguimos que ela se transformasse em uma Lei que, com certas modificações, obtivemos alguns benefícios para toda a população e para que realmente o tratamento das pessoas que padecem desse sofrimento psíquico (que pode ser qualquer um de nós) seja tratado com dignidade e com respeito aos seus direitos.

Entretanto, sempre há algo para pedir e para mudar. No Uruguai, se estabeleceu como data de encerramento das instituições manicomiais, o ano de 2025. Não conseguimos mudanças

antes disso e, de alguma forma, permanece a lógica manicomial (e não a de atenção a usuários de saúde mental).

Seguimos lutando com o exemplo de vocês!

Desejamos um excelente trabalho nos dias 08 e 09!

Um forte abraço do Uruguai!

Ernesto Venturini

Membro fundador da Psiquiatria Democrática Italiana, ex Consultor da OPAS /OMS

É uma honra para mim estar aqui com vocês. E, acima de tudo, é um grande prazer recordar aquele extraordinário evento de 1987 e participar deste novo encontro, renovando a vontade de lutar.

Exprimo, para alcançar seus objetivos, o apoio da Psiquiatria Democrática Italiana e do Departamento de Saúde Mental de Trieste, que Franco Rotelli já expressou no vídeo apresentado.

Eu estou aqui como militante, mas também como representante do mundo científico. Como alguns de vocês sabem, eu tenho sido consultor da Organização Mundial de Saúde. Confirmando que, também com diferentes linguagens e metodologias, o objetivo da Organização Mundial de Saúde é assimilável ao objetivo da Luta Antimanicomial: promover uma saúde mental comunitária, promover, em essência, uma sociedade sem manicômios.

Antes de tudo, quero cumprimentar vocês pela alegria e energia que mostraram nestes dois dias. Isso representa uma cura formidável contra a depressão, a tristeza, a raiva, que, nestes dias, oprimem este maravilhoso país.

Uma outra grande alegria, para mim, é ver tantos amigos, todos juntos. Nem sempre isso acontece. Às vezes, as iniciativas parecem envolver apenas alguns setores do movimento, mas não todos. Isso faz parte do jogo da democracia: depois de um momento inicial de unidade, mais cedo ou mais tarde, nascem as diferenças e as divisões surgem. Não é grave! Importante é manter sempre o respeito mútuo, se reconhecer na mesma luta, fazer a mediação entre as diferentes posições, juntar-se em tempos de dificuldade. Há momentos - e hoje é um desses momentos - onde, de fato, é absolutamente necessário estarmos unidos para aumentar a nossa força. Hoje temos que lutar contra aqueles que querem destruir o SUS e a reforma da saúde mental, aqueles que negam os princípios da democracia. O momento é difícil. A resistência deve ser forte, sem incertezas.

E devemos estar unidos não só para lutar contra os inimigos, mas para aumentar o número de amigos da reforma, alcançar o consenso democrático mais amplo possível; convencer quem gostaria de permanecer só um espectador de que esta luta é a sua luta, envolver mais os familiares, envolver os médicos e aqueles psiquiatras que, por mal entendidos, não se envolveram suficientemente na reforma, lutar perto, no dia após dia, com os sujeitos afetados por esta crise, incentivar o mundo da cultura, da arte, do direito.

Manter a nossa paixão, mas dialogar com todos (atenção eu disse exatamente "com todos!"), buscando incansavelmente os pontos que nos unem a outros, em vez de enfatizar aqueles que nos dividem.

Paradoxalmente, as violências dos conservadores atrasados e machistas, dos racistas, dos intolerantes, que dominam as crônicas desses dias, demonstram a fraqueza inerente à

atitudes deles. Destacam a falta de argumentos racionais, pois baseiam-se apenas no abuso, na violência. Eles querem induzir medo e provocar um sentimento de impotência ou frustração na população. Mas se nos mobilizarmos firmemente, se tentarmos argumentar com a parte da população que não pensa como nós, mas permanece democrática, eles estarão destinados a ser derrotados. Convencer, mais que vencer!

Costumo dizer que o SUS e a reforma da saúde mental são obras primas da humanidade. Por esta razão, estas conquistas devem ser defendidas com determinação e orgulho, mas não só de nós que estamos aqui, como daqueles que, com razão, criticam a reforma, pela maneira em que, às vezes, ela foi realizada, traíndo esperanças e princípios. É necessário reconhecer que o SUS e a lei da reforma ainda precisam crescer, se corrigir e melhorar. E isso exige a colaboração de muitos. Este é o nosso desafio!

Para refletir sobre este tema, gostaria de sair por um momento dessa realidade tão ansiosa e me referir ao poder dos símbolos, à sabedoria da mitologia da Grécia antiga. Diz-se que Hércules teve que fazer doze trabalhos para vencer a morte. Um deles - o oitavo trabalho - consistiu em matar um monstro, a Hidra de Lerna, uma espécie de serpente ou dragão aquático com nove cabeças. No momento da luta, Hércules percebe que quando ele consegue tirar uma cabeça do monstro, imediatamente crescem, de volta, mais duas. Quanto mais o combate se torna animado e violento, mais a Hidra ganha força. Podemos entender a luta de Hércules como uma metáfora da nossa luta contra o manicômio. Na nossa experiência, descobrimos que novos asilos sempre nasciam, quando os pensávamos vencidos: ontem eram os hospitais psiquiátricos, hoje são as comunidades terapêuticas, mas também os presídios, os asilos para idosos, muitas outras instituições repressivas. A luta parece infinita, às vezes ela parece quase inútil: demais desigual!

De repente Hércules lembra-se de um conselho que recebeu de um amigo sábio: "Nos levantamos, ajoelhando. Conquistamos, nos entregando. Nós ganhamos, dando." Então Hércules deixa a sua vara, dobra sobre os joelhos, pega o monstro com as mãos nuas e o levanta, acima de sua cabeça, no ar leve e purificador. O ar e os raios do sol enfraquecem o monstro, murchando as nove cabeças. Mas a cabeça central é a mais importante. Finalmente ela aparece, ao murchar das outras; ela representa a lógica da repressão, da injustiça, da dominação sobre os seres humanos. Hércules corta esta cabeça e a enterra sob uma pedra. A Hidra é derrotada. Se forem separadas pela violência, as cabeças da Hidra multiplicam-se. Se, pelo contrário, são trazidas ao ar e à luz do sol, secam, morrem, perdem o seu alimento. Não se pode lutar contra os "inimigos" dando-lhes a mesma energia que os alimenta - a luta pelo poder, a ideologia, a intransigência. É necessário encontrar, com a luz de uma visão superior, o polo oposto que os neutraliza. Hércules levanta, também, o monstro com as mãos nuas. As "mãos nuas" indicam que é apenas com a simplicidade que devemos enfrentar a natureza "corrupta" para resolvê-la. Além disso, Hércules se ajoelha e esse gesto indica a humildade necessária para reconhecer o que reside nas razões expressas daqueles que têm uma opinião diferente da nossa: é necessário se render para conquistar, entender para resolver.

E, finalmente, mais uma palavra sobre a estratégia de luta para alcançar o nosso objetivo. Mais do que usar metáforas de guerra, para as quais somos forçados a recorrer (porque na realidade estamos realmente em guerra!), prefiro usar metáforas esportivas, para não perder a leveza da nossa alegria e para afirmar que sempre deveria ocorrer uma competição justa, respeitosa no jogo da democracia.

Meu pensamento vai então à experiência da Democracia Coríntia, de alguns anos atrás.

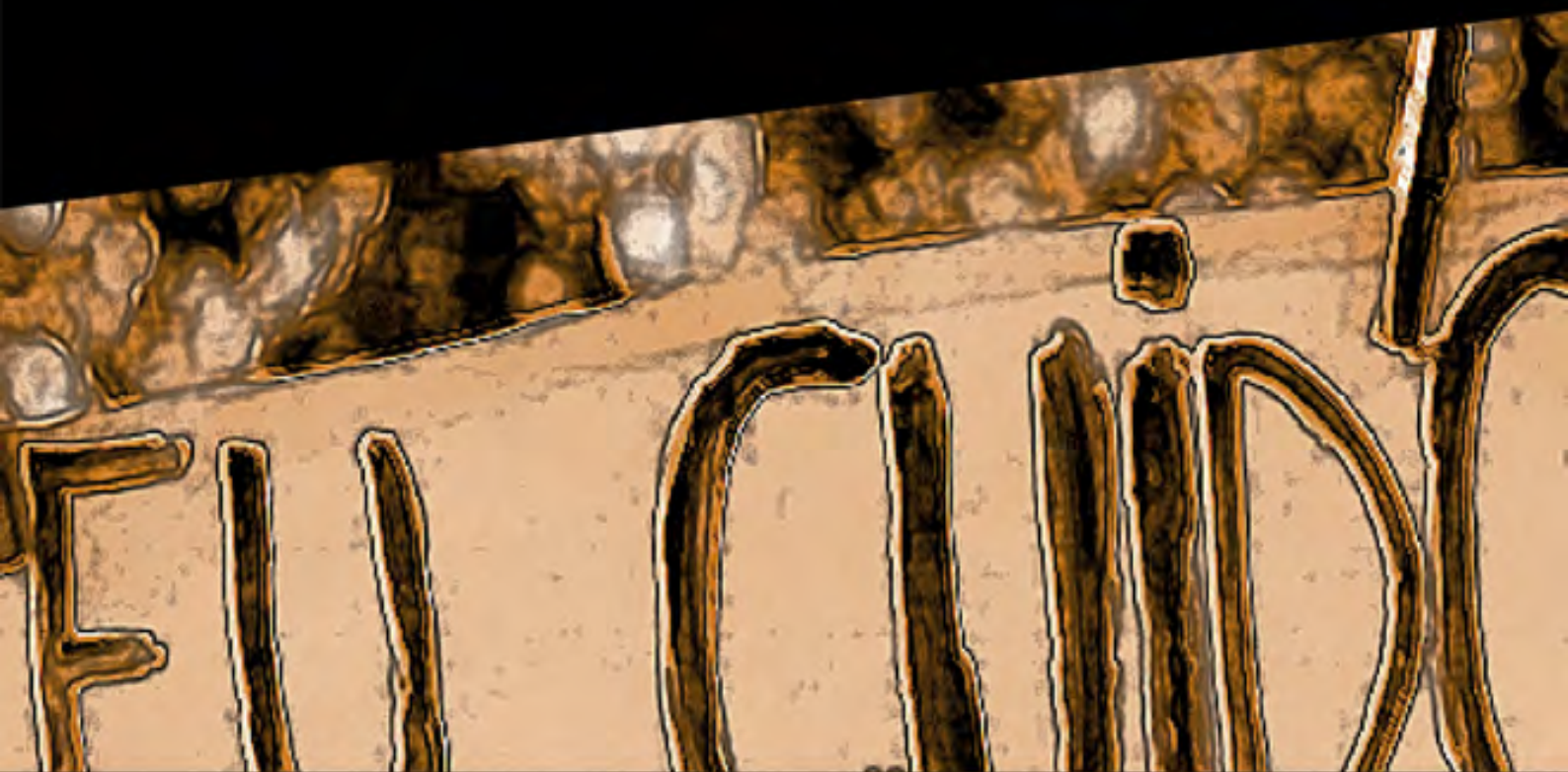
Em abril de 1982, no clube do Corinthians, foi instituído um sistema de autogestão, em que jogadores, funcionários, comissão técnica e diretoria deliberavam sobre as mais variadas pautas - como contratações, demissões e escalação - com base em votações. Um aspecto importante era que todos os votos tinham peso igual. O time estampava nas camisas dos jogadores frases de cunho político, como "diretas-já" ou "eu quero votar para presidente".

Isso acontecia no período da ditadura militar, quando os movimentos sociais começavam a se rearticular para a instituição de uma democracia. O resultado desse sistema revolucionário foi próspero. O time chegou de cara nas semifinais do campeonato brasileiro daquele ano, e conquistou o campeonato paulistano em 1982 e em 1983. O jogador Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira era o principal líder da Democracia Corinthiana. O jogador acreditava que, por meio do futebol, a Democracia Corinthiana poderia se tornar um canalizador de informações sobre a importância e a necessidade da democracia.

Acho que a Democracia Corinthiana - que apenas vocês, brasileiros poderiam inventar com sua alegre criatividade! - pode ser uma metáfora valiosa de como o movimento antimanicomial pode reverter-se de forma vitoriosa através de um jogo de equipe. Alguém pode objetar que aquela experiência terminou depois de alguns anos. Foi um fracasso? É verdade, ela terminou, mas há razões para entender o fim. A principal foi a mudança da presidência do clube e outras que não vale a pena lembrar. Mas, se considerarmos a influência que a experiência teve na vida e na opinião do país, então, foi um grande sucesso. A Democracia Corinthiana queria demonstrar uma mudança no entendimento do futebol e das relações humanas. E o processo afetou todo o país. O Corinthians jogava um futebol pensativo, o gol era o resultado de uma elaboração coletiva.

Agora, vamos fechar os olhos e imaginar uma final vitoriosa do campeonato paulistano daqueles anos. A equipe entra no campo cantando e dançando nas notas de uma música de Gilberto Gil. E já essa expressão de alegria é verdadeiramente uma ferramenta poderosa e revolucionária. O time toca como se estivesse no ritmo da música, sem agressividade. Os jogadores são realmente um coletivo. Atrás, está a defesa de Wladimir e o esforço de Biro-Biro, um bom meio campista. Mais adiante, Zenon dita o tempo; ajusta a ação para Sócrates, de qual conhece as súbitas iluminações. Sócrates dialoga com Casagrande, que penetra profundo e passa a bola, de volta, para Sócrates. Agora é o momento do Filósofo, do Médico, do Magrão. Com grandes passos ele se dirige à porta do time adversário. Faz um fingimento rápido, deixa atordoado, em estuque o defensor oponente, aponta para o centro da área, dribla o goleiro, que se tinha lançado a seus pés. Agora, a porta se abre diante de Sócrates. Agora, na frente de seus olhos, há o seu objetivo - vencer para afirmar o valor da gestão democrática -, agora, na frente dos nossos olhos, há o nosso objetivo - o fim de todos os manicômios (os antigos e os novos). Todos nos levantamos. Estamos com ele, nós somos ele. Sócrates fecha os punhos, cerra os dentes e depois empurra a bola para a rede com precisão, com delicadeza, com alegria.

Nós, junto com ele, explodimos em nosso grito libertador.
GOOOL...GOOOOOOOOOOOOOOOOOLLLLLLLLL!!!



7. **Mesa: "30 anos de Luta Antimanicomial: histórico, análise de conjuntura e desafios"**

A close-up photograph of a protest sign. The sign is made of a light-colored material, possibly paper or cardboard, and features the words "NÃO PRENDO" written in large, bold, black letters with a white outline. The sign is slightly tilted and appears to be held up by a person, as a hand is visible at the bottom edge. The background is dark and out of focus.

NÃO PRENDO



Marta Elizabete de Souza

Psicóloga, militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental e da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA. Ex-Coordenadora Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais. Representando a Articulação Nacional Pró Encontro de Bauru: 30 anos de luta "Por uma sociedade sem manicômios"

Bom dia a todos e a todas. Antes de tudo gostaria de dizer: sejam todos muito bem vindos! Agradecemos a cada um por compartilhar, por comemorar esses 30 anos da luta antimanicomial, onde construiremos pautas políticas para o enfrentamento do ano de 2018.

O coletivo de pessoas, de entidades, dos movimentos sociais da luta antimanicomial (RENILA e MNLA) trabalhou muito para criar um ambiente propiciador de uma intimidade e de uma cumplicidade, para que pudéssemos aglutinar a nossa inteligência, as nossas potências e disposições internas, reunindo as pessoas do campo da Reforma na preparação para o enfrentamento de novas e próximas batalhas.

Enfrentamos batalhas todos os dias. Mas o contexto político social, econômico e cultural que estamos vivendo exige que nos preparemos para esse enfrentamento de agora, para que não percamos os avanços conquistados nesses 30 anos de luta.

Sabemos que a política só se constrói através da presença de sujeitos concretos, nomeados, identificados, que colocam seus corpos e suas mentes nessa generosa disposição de contribuir e construir uma política pública, válida para todos os cidadãos.

Não podemos permitir que essa política pública que elaboramos e sustentamos seja destruída. O coletivo aqui reunido quer muito - e aposta! - que os movimentos sociais da luta antimanicomial (RENILA, MNLA) e outros grupos ganhem uma capilaridade nos serviços de saúde mental, junto aos usuários, familiares e trabalhadores, fortalecendo o protagonismo de todos esses atores e, sobretudo, dos usuários da rede de atenção psicossocial.

Para falar da trajetória política da luta antimanicomial eu não poderia deixar de falar da minha trajetória política nessa luta.

Que saudade! Encontrei há poucos momentos tantos companheiros, dos quais conheci alguns no nosso primeiro Encontro, realizado aqui em Bauru em 1987. Eu estava tão animada, tão cheia de sonhos! Naqueles dias, eram pontos da nossa pauta: enfrentar os restos da ditadura, lutar pelos direitos dos trabalhadores, construir uma sociedade sem manicômios.

Para mim, todo esse trabalho foi um alimento que me trouxe aqui. Quantas produções, quantas lutas nós travamos junto ao poder executivo, ao parlamento, às universidades, aos serviços de saúde mental, para que houvesse transformação nos modos tradicionais e técnicos de se relacionar, operar, olhar e sentir a loucura e os loucos, buscando novas formas de relação com todas essas diferenças.



Dia 18 de maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial. As comemorações, desse dia expressam o diálogo que travamos com a sociedade, mostrando que é possível e viável construirmos uma sociedade inclusiva, em que caibam todas as diferenças.

Nos últimos anos estamos vivendo um cenário social e político de exclusão. Para mim, enquanto militante, o sinal de que os direitos humanos e conquistas de cidadania estavam ameaçados surgiu quando a grande mídia começou a apresentar publicamente os novos loucos do século XXI: os usuários em uso abusivo de álcool e outras drogas. A mídia fez e ainda faz uma campanha segundo a qual a solução para essas pessoas, é a internação e o afastamento da sociedade. Logo no início eu pensei “Meu Deus, o que virá por aí?”

Desde então fomos assistindo a construção do golpe parlamentar, a desconstrução e desmoralização do Governo Dilma/Lula, a publicização da postura ética dos políticos, que em sua maioria servem de maneira vergonhosa ao interesse do capital e de si mesmo. Tudo isso foi se abatendo sobre mim como um invólucro do qual eu não conseguiria sair. Uma vontade enorme de largar tudo, de fugir não sei para onde, vontade de ficar protegida. Pensei “Eu posso fazer isso, afinal eu tenho liberdade para escolher.” Mas esse sentimento durou pouco tempo, foi uma nuvem passageira. Eu descobri e tenho certeza que não é na solidão que serei livre. Eu só serei livre quando estiver no coletivo. É só o coletivo que vai nos tirar da solidão e nos devolver a liberdade e a democracia. A mobilização que me causa, e que, acredito, causa cada um, tem que vir de dentro de nós, pois é na hora mais escura, na hora em que tudo parece em vão, na hora em que a gente pensa “não resta mais nada” – é nessa hora que temos que buscar a nossa vontade de existir e de querer que o outro exista plenamente. Eu nunca serei feliz se todos nós brasileiros e todas as pessoas do mundo, com todas as suas diferenças, não couberem nesse nosso planeta Terra. Essa vida é perigosa, mas não vamos temê-la. Não vamos permitir que a atual modernidade do mundo virtual/tecnológico seja mais importante que os laços sociais, de convivência e de enfrentamentos construídos entre as pessoas.

Eu sou das antigas. Acredito na história, nas tradições, nas suas influências. Acredito também que temos possibilidades permanentes de construir saídas. Nesse sentido, afirmo: não vivemos num beco sem saída. Nosso beco sempre tem saída. Vamos continuar lutando. Que venha o novo, que venha tudo! Se estivermos juntos e unidos na causa superaremos as dificuldades.

Mais uma vez eu quero agradecer o coletivo que se reuniu em São Paulo: as pessoas de diferentes lugares, as entidades que participaram e também as entidades financiadoras, a RENILA e o MNLA. Desejo que aproveitemos bem esse Encontro. Obrigada!

Fizemos muitos Encontros, discutimos muito como deveríamos nos organizar, criamos muitas frentes de luta. Não poderíamos deixar de destacar a aprovação da Lei Federal 10216, marco fundamental da nossa luta política. Uma lei construída coletivamente, conduzida pelo nosso querido companheiro Paulo Delgado, que, junto conosco, difundiu e discutiu por todo esse Brasil a importância e a necessidade de fazermos a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Destaco também as nossas campanhas de luta política, especialmente a comemoração do

Fernanda Nicácio

Terapeuta ocupacional, docente, militante da Luta Antimanicomial; Ex-Coordenadora Adjunta da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde; Representando a Articulação Nacional Pró Encontro de Bauru: 30 anos de luta "Por uma sociedade sem manicômios".

Caras e caros companheiras e companheiros da luta antimanicomial
Salve a luta antimanicomial!

A fala de hoje proposta para referir a "Articulação Nacional Pró Encontro de Bauru: 30 anos de luta 'Por um sociedade sem manicômios': uma honra, um prazer e uma responsabilidade, para Marta e para mim, expressar algo de uma articulação de tantas organizações da luta antimanicomial, entidades, movimentos, associações, pessoas, militantes todos, de diferentes formas, e em diferentes lugares da utopia "Por uma sociedade sem manicômios".

Assim, inicialmente, importante assinalar que, certamente, não poderemos contemplar toda riqueza desse processo que apenas o diálogo desses dias poderá expressar. "Articulação" que assumiu organizar esse Encontro, não obstante o tempo restrito, a necessidade de construir possibilidades de apoio e de garantia de formas de financiamento, e, sobretudo, que assumiu o desafio de construir um Encontro de todos e para todos do campo antimanicomial.

Em muitos lugares já ressoava comemorar os "30 anos de Bauru" e, desde o "Manifesto em defesa da democracia, dos direitos sociais e por uma sociedade sem manicômios" (Manifesto, 2017), essa proposição caminhou: construir um Encontro, de todos e para todos, para possibilitar um lugar de comemorar, conviver, dialogar, historiar, compartilhar, refletir junto, celebrar as conquistas dessa longa trajetória de 30 anos; e, ao mesmo tempo, na força da potência de nossos encontros, clarear os desafios do presente e projetar as formas de luta e resistência para enfrentar a enorme onda de adversidade nas nossas terras, a gravidade do contexto nacional.

Mas essa proposição animou tanto, um Encontro de todos e para todos que pudesse narrar a história, analisar o presente, e projetar futuros imediatos: assim, concentrava também, passado, presente e futuro...

Tantas e tantas reuniões, presenciais, telefônicas, e-mails, mensagens, diálogos: tessitura ponto a ponto, linha a linha, dia a dia, diálogos na busca de aproximações, consensos... mesmo com tempo restrito, sustentamos a necessidade e a intensidade de discutir tudo, tudo, coletivamente, de validar todos os pontos de vista, sem negar diferenças e desencontros. Encontrando limites de estrutura e de financiamento, fragilidades organizativas, por um momento pareceu que não seria possível. Refletimos; necessário ajustar projeções, lidar com a impossibilidade de contemplar todas as legítimas demandas e propostas e trabalhar mais e mais para tornar possível esse Encontro.

Estamos aqui hoje, em tantos, e saber, ainda, que poderíamos ser muitos, muitos mais, é um presente da vida, é a afirmação da certeza da nossa utopia "Por uma sociedade sem manicômios" como bússola a guiar para continuar avançando na reforma psiquiátrica antimanicomial, e nesses tempos tão sombrios de nosso país, defender, intransigentemente, o Estado Democrático de Direito, as políticas públicas que visem à superação da desigualdade social, os direitos sociais e a liberdade de todos, hoje tão profundamente ameaçados em nossas terras.

Esse Encontro pode ser pensado, então, como lugar para rememorar, para comemorar.

Difícil falar de nossa história: 30 anos. 1987: não éramos tantos como hoje..., muitos de nós 30 anos mais jovens... alguns de nós que partiram marcaram nossas almas, nossos corpos e afetos, e de tantas formas estão presentes hoje e estarão sempre presentes.

Naqueles anos 1980, um país diferente, certamente, com as inesquecíveis marcas da ditadura, e também com tantos e tantos caminhantes que lutaram pela democracia em nosso país, e com os movimentos que, no final dos anos 1970, se recriaram, se reinventaram e ousaram enfrentar a ditadura; dentre os diversos movimentos, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental.

O fervor dos anos 1980, as ruas tomadas pela campanha das "Diretas Já", geravam projetos, emoções e possibilidades para pensar um novo país... Como dizia a canção daqueles tempos, "Vai passar": "Vai passar nessa avenida um samba popular" e a emoção com o fim da ditadura apontava a alegria de, na voz do poeta, "Vem ver de perto uma cidade a cantar. A evolução da liberdade. Até o dia clarear" (Chico Buarque, 1984)

Naqueles tempos, a utopia "Por uma sociedade sem manicômios" já se apresentava desafiadora e apaixonante para jovens navegantes animados por saberem que, como dizia Basaglia (1979), "o impossível tornou-se possível", isto é, é possível viver sem manicômios.

"Por uma sociedade sem manicômios" não indicava uma solução, mas um instigante convite, um intransigente compromisso com a liberdade, com a transformação da realidade dos manicômios.

O manicômio, compreendido não como espaço, revelava seu lugar social; e essa compreensão gerava, também, uma aprofundada compreensão da estrutura social, a forte e clara indignação frente às relações de opressão, e a vontade irradiante de emancipação.

Nos dizeres da Carta de Bauru de 1987:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e das violências institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços. [...].

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (Carta de Bauru, 1987).

Clareza que possibilitou o Encontro de Bauru de 1987, e que possa animar, também, esse Encontro. Novo compromisso: liberdade, direitos, cidadania, louco cidadão entoaram nossas canções.

Nos articulamos de modo inédito, juntos com usuários e familiares, arriscamos as primeiras viagens em conjunto para realizar nossos Encontros, aprendemos novos modos de fazer política, no conviver, no fazer junto, no descobrir diversos modos de sentir o mundo, no inventar outros diálogos possíveis para se entender, e compreender as histórias e as singulares experiências da existência humana. Criamos o "Dia Nacional da Luta Antimanicomial" que nesses 30 anos lança-se cada vez mais, em terras cada vez mais distantes, que muitas vezes, muitos de nós, nem mesmo sabemos onde fica aquela cidade que anuncia o 18 de maio.

Ampliamos muito, crescemos; nos aproximamos, nos distanciamos; conversamos, divergimos; nos encontramos, nos desencontramos... Todavia, certo tem sido o compromisso determinado e a inegável emoção que nos coloca em movimento.

Final dos anos 1980: a I Conferência Nacional de Saúde Mental, a criação do primeiro CAPS em São Paulo, CAPS Professor Luiz Cerqueira, a tão esperada e batalhada Constituição...

Anos 1990: o desafio de construir o SUS e uma nova política pública de saúde mental; as eleições democráticas municipais, após tantos anos, geraram novos caminhos. As primeiras experiências arriscavam, dia a dia, a concretizar e traduzir, na prática, louco cidadão, cuidar em liberdade, como superar o manicômio. A experiência santista demonstrou a viabilidade de prescindir do hospital psiquiátrico, também em um país, como então se dizia do “terceiro mundo”. As experiências de transformação da realidade começaram a se difundir em tantos lugares. Tantos de nós, muitas vezes, viram cenas inaceitáveis, para o que se pode chamar de humano, nos hospitais psiquiátricos; vimos vidas destruídas; acompanhamos, passo a passo, as mais belas histórias de restituição da vida; em conjunto construímos direitos, aprendemos que as respostas nunca são simples. Aprendemos, principalmente, que, com a mesma delicadeza e implicação do cuidado cotidiano, é preciso lutar por outros mundos possíveis, por novas relações sociais.

Impossível contemplar a riqueza daqueles anos, mas temos vivo na memória e nos nossos corpos a II Conferência... Construímos, naqueles tempos, os então denominados “novos serviços”: ao ir ao encontro das necessidades das pessoas, das diversas formas de expressar os sofrimentos, encontramos as tantas razões da loucura na vida de todo dia; casa, trabalho, relações, projetos emergiram como exigências imediatas; e como exigências para garantir, de fato, novas possibilidades de vida que, ao mesmo tempo, abrissem brechas para resignificar sofrimentos, razões e loucuras.

A invenção nos municípios se alimentava, naqueles anos 1990, das tantas e tantas idas ao Senado Federal na luta pela Lei: 20, 30 horas de viagem e chegavam as caravanas, em geral muito cedo em Brasília, e se dirigiam ao gabinete do Deputado Paulo Delgado. Cientes da nossa luta, éramos incansáveis na busca de convencer, inclusive aqueles que pareciam que não seria possível convencer. A difusão do debate sobre a Lei criou a possibilidade de uma inesquecível mobilização e de articulação de profissionais, usuários, familiares, professores, pesquisadores, que então, de outra forma, se encontravam como cidadãos: discutindo as bases da Lei, de qual atenção em saúde mental projetávamos, e tendo como premissa a cidadania e a liberdade colocava-se em discussão a invalidação das pessoas com a experiência do sofrimento psíquico na cena social.

Assim, e profundamente diferente do que muitas vezes é dito, como profissionais assumimos a radicalidade do compromisso ético do nosso lugar social e do que efetivamente significa cuidar, ao reconhecer que não é possível cuidar do outro a quem é negado o lugar na cidade. Após 12 anos desse longo processo foi promulgada a Lei que, se por um lado, diferente do projeto original, por outro, fruto dessa qualidade de mobilização e apropriação, garantiu novas possibilidades institucionais e a política de saúde mental do SUS se configurava então como política pública do Estado brasileiro.

Naquele período tantos e novos desafios começaram a despontar: a III Conferência, marcada pela insígnia do cuidado em liberdade, e no cenário internacional “Cuidar, sim. Excluir, não”. Complexificou-se o campo, ampliaram-se as exigências e, ao mesmo tempo, o confronto com a dureza e o poder do modelo manicomial... Era necessário chamar mais atores, convidar mais companheiros de outras políticas públicas para garantir a conquista de direitos...

Em 2009, a “Marcha de Usuários e Familiares” em Brasília foi decisiva para a convocação da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, esta pela primeira vez Intersetorial.

Impossível sintetizar os anos 2000 talvez porque o passado se torne mais presente. Mas não apenas por isso, mas porque um novo contexto começou a ser construído nesse país; não obstante e reconhecendo a legitimidade de diferentes leituras e posições e a necessária discussão, abriram-se caminhos plurais e tantas conquistas para o árduo enfrentamento de buscar superar a desigualdade social nas terras brasileiras...

No nosso campo, a multiplicidade e riqueza de experiências de cuidado, de garantia de direitos,

de protagonismo e, também, no campo do ensino e da pesquisa. São tantas as histórias dos anos 2000 que parece que ainda precisam ser mil vezes contadas para podermos arriscar qualquer síntese. Mas os anos 2000 são também os de avanço da terceirização, da precarização do trabalho, atingindo cada vez mais e impactando, com graves prejuízos, os espaços da saúde e da atenção psicossocial...

O que é certo é que foi profundamente transformada a atenção pública em saúde mental em nosso país e assinalar isso não significa ocultar ou encobrir fragilidades e desafios; e, sem dúvida nenhuma, o nosso compromisso segue sendo, em primeiro lugar, com os ainda mais de 20.000 leitos psiquiátricos em nosso país...

30 anos da Carta de Bauru e esse Encontro para rememorar, para comemorar, mas, também, proposto como lugar para resistir e “esperançar”, na palavra do mestre.

2015 já anunciava os tempos sombrios que se aproximavam: de certa forma - e mesmo que parecesse que estávamos acompanhando - nos surpreendia; no nosso campo mais próximo, esses tempos chegaram no SUS e na política nacional de saúde mental...

Que tempos são esses? Uma indagação que parecia não ter respostas... Mas a roda-viva, dentre as canções que nos acompanham, exigia respostas rápidas... O “Fora Valencius” ocupou também mentes e corações: ocupou, deslocou, inventou e expressou, mais uma vez, a potência do campo antimanicomial...

Entretanto, o som da indagação - Que tempos são esses? - parecia cada dia mais alto por vezes ensurdecedor...

Tempos sombrios: o golpe de 2016 impôs uma inacreditável conjuntura: perda de direitos duramente conquistados, ruptura com o desenvolvimento de políticas públicas, ataques gravíssimos à democracia, passaram a autorizar que passados e presentes escravocratas, racistas e ditatoriais se apresentem e se espalhem em nossas terras... Perde-se o projeto de uma nação soberana e com lugar de valor no cenário internacional...

Tempos sombrios...

O campo antimanicomial que tem em suas mentes e corações o imperativo ético da liberdade e dos direitos, da diversidade e da complexidade da condição humana tem, necessariamente, o compromisso com a recusa dessa realidade e com encontrar caminhos. Mas para encontrar caminhos se fez necessário, também, não apenas, mas, também, esse Encontro.

E, se não bastasse tudo isso, nesses dias, notícias... A política nacional de saúde mental que já se encontrava profundamente ameaçada...

Então esse Encontro se faz ainda mais necessário: como um lugar de refletir, “esperançar” para poder continuar a luta... Mas para “esperançar” se tornar verbo implica com: compartilhar, conviver, conversar.

Muito tem sido retirado em nossas terras... Mas não é possível nos destituírem de nosso compromisso ético-técnico-social-político com a defesa da liberdade, dos direitos de todos e da democracia; não é possível nos destituírem da defesa apaixonada e intransigente de “Por uma sociedade sem manicômios”

E, assim, esse Encontro, de todos e para todos, tem um horizonte claro: comemorar, dialogar, e na força de nossos encontros desenhar os caminhos para lutar e resistir, e construir a Carta de Bauru 2017.

Salve a luta antimanicomial!! Salve “Por uma sociedade sem manicômios”.

Sigamos em frente e juntos. Não ao desmonte da política nacional de saúde mental do SUS. Não ao desmonte das políticas públicas de garantia de direitos e de superação das desigualdades sociais.

Hoje e sempre: “Nenhum direito a menos”. “Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”.

Miriam Nadim Abou-Yd

Psiquiatra, psicóloga, militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental e da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA; ex-coordenadora de Saúde Mental de Belo Horizonte e de Minas Gerais, Representando a RENILA

*Faz escuro em todo canto
Não me calo nem no pranto
Depois do golpe eu me levanto
É preciso anoitecer
Pra chegar o amanhã
Cantarei a liberdade
Ainda que tamtam*

O refrão do samba enredo que embalou a Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tam Tam no 18 de maio desse ano, composta em uma oficina de música dos usuários de um centro de convivência em BH, denuncia o golpe político que estamos vivendo mas nos convida, ainda que tam tam, a resistir e cantar a imprescindível liberdade.

Se estamos aqui hoje é porque atendemos a um chamado, é porque somos herdeiros daqueles que sofreram o golpe da exclusão e da violência ao longo de 3 séculos mas que resistiram dando mostras que a força do viver e o desejo de liberdade é capaz de vencer até o manicômio.

Há exatos 30 anos, conquistas no campo da saúde mental vêm transformando a realidade brasileira ao buscar incluir a todos na cidadania, fazendo com que os benefícios da civilização deixem de ser um privilégio de classe ou raça.

Num ato de decisão, a luta pela sociedade sem manicômios, expresso no Manifesto de Bauru, de 1987, propôs a ruptura com a tradição e a recusa da modernização dos manicômios como saída para os impasses entre loucura e sociedade, inventando um novo lugar para loucos e técnicos. Não mais agentes da ordem, nem tampouco objetos de um processo de segregação, mas cidadãos em luta por cidadania.

Em 1993, em Salvador, abordamos pela primeira vez o desafio de organizar um coletivo como um movimento de âmbito nacional e nos tornamos movimento social, na plena acepção da palavra: abertos à participação efetiva dos usuários, familiares e trabalhadores, autônomos face às instâncias governamentais, partidárias, entre outros.

Ao longo dos anos que se seguiram, a luta antimanicomial teve uma surpreendente expansão em todo o Brasil. Vários núcleos se constituíram; sucederam-se encontros, seminários e outros eventos; difundiu-se a comemoração do 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Exigimos do poder público investimento efetivo na Reforma Psiquiátrica, rumo à substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos por um modelo assistencial baseado numa lógica inteiramente diversa. Lutamos arduamente pela aprovação de novas leis na área da Saúde Mental, nos níveis municipais, estaduais e federal. Estreitamos relações e inscrevemos a luta antimanicomial no campo dos direitos humanos. Incluímos a discussão dos manicômios judiciários e seus chamados loucos infratores, a população de rua, criança e adolescente e os usuários de álcool e outras drogas. Convidamos com firmeza a sociedade brasileira a construir, na cultura, no trabalho, no direito, novas formas de convívio com as pessoas em

sofrimento mental.

Como diz o Manifesto da RENILA, “Em boa companhia”, ao longo dos anos, nas diferentes frentes desta luta, tivemos dificuldades menores ou maiores, pequenos e grandes sucessos. Uma conquista, contudo, nos parece inalienável: a rigorosa ousadia das concepções e práticas que criam lugar para a presença da loucura na cidade. Inventamos a cada dia, nas viagens como nas assembleias, nos serviços como nas manifestações, modos inusitados de incentivar as curiosas produções dos chamados loucos, enfrentando o sofrimento que tantas vezes os dilacera. Em sua companhia constante, desbravamos trilhas e refizemos mapas, arquitetamos saídas e tecemos laços: demonstramos, enfim, como pode a loucura habitar o espaço social, ao mesmo tempo em que o transforma, combatendo as tristes figuras do isolamento, do exílio e da prisão.

Contudo, não basta ressaltar o brilho singular deste percurso. Certamente, os passos da luta antimanicomial foram e continuam sendo dados ao longo de debates, conflitos e divergências várias, como convém a um processo democrático e participativo. Mas, além disso, temos que reconhecer que estamos vivendo tempos particularmente difíceis.

Como nos adverte o contundente e precioso documento intitulado “Manifesto em defesa da democracia, dos direitos sociais e por uma sociedade sem manicômios”, de março de 2017, sem democracia, não existe política pública de saúde mental. Vivemos em um país saqueado e sem rumo; um retrocesso político inimaginável em outros tempos.

Causa e efeito dessa situação, os movimentos sociais vivem graves dificuldades internas de mobilização e de estruturação. E aí, temos que conversar sobre militância.

Sabemos que a militância não é um direito, e sim uma escolha. Se todos podemos e devemos ser cidadãos, nem todos seremos militantes de uma causa, seja este o fim do manicômio ou a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, ou ainda a preservação do planeta. Tornar-se militante implica em aceitar a filiação a uma causa e produz, na nossa compreensão, modos de vida, onde cada um se inventa e reinventa pela ação coletiva. Ao fazerem uma escolha deste tipo, os sujeitos escolhem modos de inserção no mundo, buscam formas de expressar seus desejos e sonhos e de investir a sua vida ao tomar parte em uma história que não lhes pertence de modo exclusivo. Forma de vida pouco valorizada nos tempos atuais, seja por falta de glamour, por falta de dinheiro, por falta de tempo, porque eu vou fazer mestrado, porque eu vou me casar, porque virei gestor, porque virei professor, porque nunca acreditei nisso e outros motivos mais, todos eles, em si, justificáveis subjetivamente.

A política pública antimanicomial, audácia inaugurada por um coletivo militante singular, a luta antimanicomial, é um projeto que busca restituir direitos civis e sociais para os ditos loucos, ao mesmo tempo que promove uma intervenção sobre a cultura de modo a criar espaços e possibilidades para fazer caber a diferença. Desde a primeira experiência antimanicomial brasileira, a santista, segue sendo uma das ambições dessa política, e também seu outro traço constitutivo, o diálogo com a sociedade. Não é, pois uma política de gabinete, ou mero arranjo estatal de distribuição de recursos. Dialogar com a sociedade significa envolv-la, não apenas como exercício formal de democracia, mas porque essa política necessita da participação social, na medida em que propõe que o lugar do louco e da loucura é o mundo, e não o restrito espaço de um serviço de saúde mental.

Abertos os portões, derrubados os muros, como temos percebido as pessoas em sofrimento mental em seu viver cotidiano? Sem desconhecer o sentido e os efeitos do progresso das ciências, de gestores ligados à reforma psiquiátrica certamente não é aí que depositamos nossas fichas. A derrubada dos muros antimanicomiais só foi possível pela ação política, pela ação militante do amplo coletivo que compõe as entidades da luta antimanicomial. Esses rumos - movimentos sociais, e seus caminhos, inserções cidadãs - foram apontados aqui, nessas terras, há 30 anos, quando criamos a insígnia “Por uma sociedade sem manicômios”.

Se não retornarmos à nossa militância, se não nos voltarmos, mais uma vez, para a sociedade, se não acreditarmos na força e vida dos movimentos sociais, corremos o risco de novamente reafirmar que a loucura é uma questão técnica, simplesmente e aí vivenciaremos, e já estamos vivenciando, o surgimento das novas clausuras.

Finalmente, e homenageando César Rodrigues Campos, Marcus Vinicius de Oliveira e numa lembrança terna e doce, Rosimeire Silva, cito Riobaldo Tatarana, jagunço e filósofo, quando nos diz: "Quando vou pra dar batalha, convido meu coração". É de uma luta que nos ocupamos e nela não podemos participar sem colocar nosso desejo, nosso coração. Certas coisas, a política, o amor, o trabalho, são mais ricas e vivas quando nelas nos fazemos sujeitos, quando efetivamente nos implicamos. Aí, somos verdadeiramente sujeitos singulares e cidadãos ativos.

Viva a luta antimanicomial!

José William Crispim

Militante do Fórum Cearense de Saúde Mental. Representando a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA

Bom dia. Saudações antimanicomiais. Eu sou de Fortaleza, sou do CAPS geral da Regional 4.

Antes de ir para o CAPS, eu passei por várias internações por tentativas de suicídio. De 2002 a 2008, foram 6 anos de sofrimento. Porque eu me sentia preso como uma pessoa que tivesse cometido um crime que jamais teria cometido. Não só eu, mas os demais que estavam ali, sofrendo tortura físicas e psicológicas. Eu vi que ali não era um hospital, não era um lugar de cuidado, e sim um lugar de maus tratos. Fui encaminhado para o CAPS. Logo de início eu percebi a diferença: que ali, sim, era um local de cuidado. Eu fui atendido por uma equipe de multiprofissionais, com muito amor e carinho. Tanto é que, com um ano e poucos meses, através da psicologia, da assistência social, muito amiga, e da terapia ocupacional, eu me tornei um artista plástico. Em 2009, eu recebi o meu primeiro prêmio, "Loucos pela Diversidade", pela FIOCRUZ. Tive o prazer de receber este prêmio das mãos do Paulo Amarante. Daí em diante a minha vida artística "bombou". Hoje eu tenho trabalhos fora do país.

Com isso, eu me incomodava também, porque via pessoas sofrendo dentro dos CAPS com o começo do retrocesso. Me lembrava das pessoas que estavam lá no manicômio, junto comigo, na época. Então eu resolvi entrar para o Conselho Local de Saúde. Também não fiquei satisfeito, eu tomei conhecimento de um Fórum: o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, no qual eu me engajei. Foi onde eu mais aprendi: aprendi a ser um militante. Porque, através do Fórum, nós criamos um GT na Câmara Municipal, para fiscalizar todos os CAPS. Criamos também, através do Fórum, uma Comissão Intersetorial do Conselho Estadual de Saúde, chamada CISM. E é por isso que eu faço parte dessa luta: porque eu não quero que ninguém adquira as feridas que eu adquiri lá no manicômio. Feridas na alma que foram saradas, cicatrizadas, dentro do CAPS, através de um tratamento digno, com toda a equipe multidisciplinar; onde tinha vínculos com funcionários, o familiar tinha um vínculo com o profissional. Quando um usuário entrava em crise, a família sabia a quem procurar. Hoje isso não acontece mais. O profissional da saúde mental, hoje, também não é mais valorizado. É uma das nossas lutas, gente. E eu convoco, a todos vocês usuários e familiares, vamos cada um de nós ser um elo, e formar uma corrente, para lutarmos pela saúde mental. Procurem os Conselhos Locais, vão nas reuniões, procurem Conselhos Regionais, Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, para, junto com a RENILA, ter mais força, lutar por refinanciamento, porque sem dinheiro a saúde mental também não vai. Os golpistas estão aí, tirando!

Nós não merecemos ir pra manicômio. Nós não somos cobaias para servir de estudo para psiquiatras e nem para laboratórios fazerem testes de psicotrópicos. Nós somos gente, e como gente queremos ser tratados. Nós com transtorno mental somos gente, temos

inteligência e competência. Nós temos direito ao trabalho, à economia solidária. Vamos lutar para que as cooperativas se formem e para fortalecer as que já existem. Pois o governo não está preocupado não, ele quer o enfraquecimento.

Eu quero dizer a vocês que eu sou um sobrevivente, porque hoje eu vivo e respiro o milagre da arte. E vocês tudinho são guerreiros, lutadores, que lutam pela saúde mental. Então vamos continuar lutando. Desistir, jamais. Muito obrigado.

Cristiane Ramos de Matos Marçal

Representante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial - MNLA

Bom dia a todos, companheiros e companheiras de luta, da luta antimanicomial, saudações antimanicomiais!

Primeiro, quero falar que esta mesa tem a função e objetivo da gente pensar qual é o problema que estamos enfrentando, o quê nos levou a estar assim hoje, e como é que a gente vai fazer juntos pra sair dessa - por que, se tem uma coisa que a gente tem aprendido, nesses últimos trinta anos da nossa trajetória, é que a gente tem aprendido a fazer junto. Isto é algo que esse movimento sabe fazer, e conseguir juntar duas mil pessoas inscritas nesse encontro aqui é prova disto.

Em nome do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, eu queria fazer um convite para a gente pensar um pouco e aprofundar algumas análises, porque penso que está mais do que na hora de podermos fazer de fato algumas discussões para entender para quais caminhos apontar.

De fato, este encontro tem a ideia e tem a proposta de conseguir começar a fazer isto, de nos devolver o caminho, de caminharmos juntos, mas não só isso. É também de reencontrarmos a nossa força e a nossa potência, que a gente sabe que tem e que está colocada na fala do companheiro que me antecedeu ao afirmar o óbvio: lugar de gente não é no manicômio, lugar de gente morar não é no manicômio, lugar de gente viver não é no manicômio. Isto é óbvio, isto deveria ser óbvio, mas a gente precisa entender que não é. Vai demorar um pouco pra que isso seja óbvio, e a gente tem, sim, que continuar a fazer esse exercício de discutir nos nossos serviços e nosso territórios, de voltar para os movimentos de base, porque é com esse movimento que a gente consegue fazer o enfrentamento em momentos de retrocessos e momentos de perda de direitos sociais. A gente sabe fazer isto e a gente precisa retomar isto.

Então, em primeiro lugar é importante pensar o por quê estamos aqui. Estamos aqui para comemorar um caminho trilhado, para encontrar pessoas com quem a gente compartilhou trajetórias ao longo desses trinta anos, apesar de eu ter chegado um pouco depois. Trinta anos atrás eu ainda não estava aqui, que bom que tinha gente começando isto! Esta história vem de antes. Estamos aqui para rever pessoas, conhecer novos companheiros e companheiras e pensar os passos para nossa caminhada em defesa do SUS e de uma sociedade sem manicômios, num momento muito difícil para o Brasil.

Uma análise de conjuntura, que é o que essa mesa se propõe, é algo muito importante e pouco exercitado por nós. Em primeiro lugar é preciso reconhecer isto, que a gente nos últimos anos perdeu um pouco os momentos de sentar e pensar sobre a realidade cotidiana que a gente está vivendo, de pensar sobre o que está acontecendo. Estamos conversando e nos reunindo menos do que a realidade exige. Nós nos indignamos com as injustiças vividas, com a violência, com a desigualdade, com o racismo, com o machismo, a homofobia, e nem sempre tem sido possível parar para pensar ou agir coletivamente sobre essas situações. Ficamos indignados muitas vezes diante dos telefones celulares.

Para analisar a realidade, partimos sempre daquilo que vemos, sentimos, de nossa experiência, daquilo que é mais imediato. No entanto, sabemos que a situação que vivemos tem história. E sabemos disso porque nós temos história. História de luta, 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios. Para analisar a conjuntura, especialmente aqui no Brasil, é preciso considerar que há aspectos que compõem a realidade, que são estruturais; e coisas que são conjunturais, do tempo presente.

Há coisas acontecendo hoje que há dez anos a gente não poderia imaginar, e não imaginou. Por não termos parado ao longo desse tempo para fazer uma análise do que é estrutura, de como a sociedade funciona, e do que faz parte do momento específico. Estas coisas (os aspectos estruturais e conjunturais) não são separadas, elas se misturam o tempo todo na vida prática das pessoas. Sabemos que não se pode lutar contra os manicômios sem buscar uma sociedade mais igual. Não há lugar para o respeito às diferenças diante da desigualdade e da injustiça social. A defesa da ideia de que somos iguais, mesmo em nossas diferenças, pressupõe a luta contra a desigualdade. A luta contra a desigualdade no capitalismo, que é o modo pelo qual a gente vive, o modo de vida, não é uma coisa simples. Pois o capitalismo estrutura essa desigualdade, nos coloca sempre como desiguais. A luta em relação à diferença é o nosso mote, mas temos que entender que respeitar as diferenças é importante para entendermos onde somos iguais.

A luta contra a desigualdade no capitalismo não é uma coisa simples, como dissemos. É um mundo em que as coisas têm mais valor do que as pessoas. Seja no manicômio privado de antes, seja agora, quando a gente vem vivendo processos de terceirização e precarização dos serviços, onde os trabalhadores são colocados a lidar com os usuários e a lidar nas relações de forma muito impessoal, sempre tendo como princípio metas - temos que bater metas, temos que bater objetivos. As pessoas são tratadas como coisas.

O racismo, o machismo, a violência, o desemprego, a banalização da morte, o preconceito contra as pessoas com a experiência do sofrimento psíquico e as pessoas que principalmente vivenciam a experiência de problemas com o uso de drogas, estão presentes em nosso cotidiano. Quando a gente sai daqui para conversar com as pessoas, a gente sabe o quanto conseguiu avançar. E avançamos mesmo quando a gente fala da loucura. A gente conseguiu encontrar um lugar de respeito na sociedade; temos muito que avançar, mas conseguimos encontrar. Temos um grande desafio para falar das pessoas que têm um sofrimento psíquico em decorrência do uso de substâncias, de drogas. Esse é um dos nossos nós e a gente precisa conseguir avançar.

Já tratamos a ideia de que para se analisar a realidade social é preciso ir além do que vemos imediatamente e buscar as nossas raízes. A comemoração de 30 anos da luta ajuda a pensar na raiz das coisas. Sabemos muito bem o que não queremos. Conhecemos a violência do manicômio, os castigos físicos, o cheiro inesquecível do hospital psiquiátrico, o desprezo da falta de cuidado, a cela forte, o sossega-leão, as roupas do manicômio. Sabemos o que são os espaços onde gente é tratada como coisa e nada disso queremos. Lutamos contra os manicômios. Conseguimos construir uma realidade diferente com muitas mãos, muitas dessas mãos são de gente que nem se conhece, mas se une numa ideia e num projeto. Temos hoje serviços substitutivos pelo Brasil inteiro, em todas as regiões e todos os contextos, das periferias das grandes cidades até as pequenas cidades em regiões de florestas, como a região amazônica.

Hoje, nós temos certeza não apenas do que devemos ser contra, como sabemos o que precisamos defender. A gente sabe o caminho a trilhar. Trabalhamos muito para construir os serviços de saúde e temos o quê defender. Não há saúde mental fora dos manicômios sem o SUS. Outro dia conversava com uma amiga e me queixava da dificuldade dos nossos dias, "Não está fácil", quando ela me respondeu sem pensar muito "E quando foi fácil? Quando a gente não tinha SUS e estava saindo da ditadura?".

A existência de um momento de maior dificuldade é um aspecto do momento em que a gente vive, mas ele pode ser apenas um momento, uma expressão conjuntural.

O Estado, numa sociedade de classes, numa sociedade que nos impõe a desigualdade, representa os interesses de quem controla a economia, e só às vezes os interesses da maioria da população pode prevalecer. Mas quando tivemos avanços no campo social, nos últimos anos, quem controlava a economia não teve prejuízo.

A conquista da democracia e dos direitos sociais, que hoje têm sido violados, é uma forma de tentar equilibrar a desigualdade estrutural que o capitalismo gera, onde a regra é muitos terem pouco e poucos terem muito.

Nossa luta hoje é muito mais para não andar para trás. É uma luta para sustentar nossas conquistas. Uma luta de resistência. Só dá para andar para a frente se estivermos organizados para sustentar esse jeito de fazer saúde. Só dá para andar para frente, abrir e fortalecer serviços substitutivos e fechar manicômios, se nós conseguirmos ter força e presença organizada não apenas no contexto nacional, mas nos bairros, nos fóruns locais. E isso a gente sabe fazer. A gente não precisa inventar, a gente sabe fazer, e já fez muito. E precisa voltar a fazer, a gente precisa de se encontrar e organizar para qual caminho vai.

O SUS e a Reforma Psiquiátrica não foram dados por nenhum governo, foram fruto da luta política, a luta pela existência de uma Saúde Pública. E essa tendência que vemos hoje, de que as coisas podem andar para trás, expressa uma dinâmica do modo de vida do capitalismo hoje. Quando os trabalhadores estão fortes e conseguem se organizar, conquistam coisas importantes: aumento de salários, décimo terceiro, FGTS, aposentadoria, benefícios sociais, SUS, enfim, direitos sociais. Mas, quando não estamos fortes, estamos sempre sob ameaça. Quando os trabalhadores conseguem se organizar ganham um pouco mais de direitos; mas se estamos todos dispersos, a gente continua a ceder e o capitalismo volta a puxar a gente para trás. Nos tempos de crise, isto se agrava. Este é o momento que a gente vivencia hoje, com a retirada de direitos e de serviços. Quando há um funcionamento diferente, uma crise, há uma receita antiga para fazer subir os lucros de quem quer ganhar dinheiro, colocando os nossos corpos como mercadoria. E o que a gente está vivendo é isto.

Temos um desafio para próxima semana. Foi anunciado o dia para a Política Nacional de Saúde Mental ser abatida e a gente precisa reconquistar essa capacidade da nossa mobilização, mas principalmente a nossa organização, para conseguir reagir de maneira rápida e criteriosa, impedindo esse desmonte que está anunciado para próxima semana.

O que vivemos, em relação à conjuntura, não é exclusividade do Brasil, isso está acontecendo em alguma medida em todos os lugares do mundo, mas aqui de maneira muito mais importante porque a gente está vivendo um processo que a gente nunca imaginava. Aqui, acabaram com o processo democrático. O golpe que a gente vivencia, o golpe político que aconteceu significa que a nossa sociedade aceita viver um momento sem democracia, e isto é muito grave. Este encontro também precisa se manifestar sobre isto.

Para a Saúde Mental, essa tentativa de andar para trás passa não somente pelo manicômio, mas sobre diferentes maneiras de tratar as pessoas como coisas. Isto inclui as comunidades terapêuticas. As tentativas de fazer o SUS andar para trás aparecem para a gente das mais diferentes formas. A mais clara é o sucateamento dos serviços. Sucateiam para dizer que os CAPS não são suficientes e que eles não funcionam direito. Quando a gente se permite dizer que o CAPS é parecido ou igual ao manicômio, estamos dizendo que a gente precisa entender que o processo pode ser outro. Mas o que viemos retomar aqui é de que a gente nunca esperou ter uma rede ideal, conquistar um lugar ideal para fazer as coisas. A gente, sim, tira as pessoas das condições subumanas e vai juntos construir um outro mundo.

O sucateamento dos serviços, por vezes se expressa também nas práticas dos profissionais. Olhando de modo a tirar uma fotografia, muito rápido, podemos colocar a culpa nos

trabalhadores, que podem por vezes entrar no modo automático de tratar as pessoas, colocando o diagnóstico e a medicação na frente da experiência, do convívio e da história de vida das pessoas. Mas é preciso reconhecer também que muitos dos trabalhadores resistem bravamente nos serviços de saúde, e estão atuando sem condições de trabalho, como aquela foto que a gente pode ver do pessoal do Rio de Janeiro trabalhando sem luz e sustentando a atividade do serviço mesmo em greve.

Estas são as experiências que a gente precisa resgatar. Esta é uma força que a gente tem, e isto não é uma minoria.

A terceirização transforma o direito social em um comércio, a gente vira coisa e a gente se vende. Quem trabalha em O.S. (Organização Social) sabe que as metas da O.S. muitas vezes não respondem aos princípios do SUS e ao cotidiano dos serviços, mas direcionam suas prioridades para metas e procedimentos. Isso “encuba” na cabeça dos trabalhadores um jeito de fazer saúde que é diferente do SUS e tende a refletir as preocupações das O.S.s do tipo “temos metas para bater”. Mas esta coisa de terceirização é antiga, tem história. Boa parte dos manicômios e os hospitais de forma geral eram privados antes do SUS e continuam a ser privados, o governo historicamente aluga as vagas. Essa é a realidade que a gente viveu, e que pode voltar a viver.

Quem acha que as organizações sociais (O.S.) não são um problema, parece que se esqueceu da VIII Conferência Nacional de Saúde, a mais importante que tivemos, porque dali nasceu o SUS. A conversa naquele tempo era a “estatização já” ou “progressivamente”. Inclusive a existência de serviços terceirizados, no caso o manicômio, foi uma dificuldade para a aprovação da Lei 10.216/2001, e ainda hoje é um problema para fechar os manicômios existentes, porque os donos dos manicômios, os manicômios privados, não querem perder seus rendimentos, não querem perder sua fonte de renda. Ou seja, um dos pontos para a sustentação da reforma psiquiátrica antimanicomial passa pela luta contra a terceirização, que impõe o funcionamento engessado e faz girar a roda das demissões com facilidade, impondo silêncio aos trabalhadores que não estão organizados.

Com as comunidades terapêuticas também é assim: o governo terceiriza a responsabilidade, contrata os serviços das comunidades terapêuticas, mesmo que não seja comprando o serviço, mas dando isenção fiscal, não cobrando os impostos. Queremos que os nossos serviços sejam públicos, com controle social e com respeito aos direitos humanos.

Na educação, estamos às portas de um momento muito difícil. Há propostas que permitem que o ensino superior para os cursos da área de saúde possam ser feitos à distância. Nós sabemos a dificuldade da formação e de colocar o SUS na grade de todos os cursos, imagina se isso for à distância. Como é que a gente vai fazer essa discussão junto com os estudantes, que também estão aqui representados e organizados?

Diante desse quadro, precisamos pensar em como sustentar a reforma psiquiátrica no cotidiano, como resistir às tentativas de fragilização do SUS e de mudança na política nacional de saúde. Como prosseguir com o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos e abertura de serviços substitutivos? Como fortalecer os serviços substitutivos?

Em nossa história, sabemos que as denúncias sobre violações de direitos humanos nos hospitais psiquiátricos foram fundamentais e continuam a ser; esta é também uma tarefa do movimento. Além disso, a relação com as entidades que defendem a reforma psiquiátrica não é nova, as entidades do campo da reforma sanitária são parceiras históricas. A relação com outros movimentos também se faz necessária.

Atualmente, há uma certa tendência em analisar os problemas sociais e suas formas de enfrentamento pela sua particularidade, pela diferença, pelo fragmento. Isto se desdobra. Isto tem repercussões no cotidiano, na forma de organização política dos trabalhadores e na relação com os usuários nos serviços de saúde. Estamos por vezes atomizados,

fragmentados nos espaços políticos coletivos e nas entidades, e isto também tem um outro lado. É uma chamada para que as entidades busquem o contato com as bases. Ao discutir a Saúde Mental, que é uma particularidade, precisamos estar em contato com a totalidade dos processos sociais que estão acontecendo. Essa pulverização dos coletivos especializados em questões do campo micro por vezes nos isola e nos coloca para conversar apenas entre nós mesmos, sempre os mesmos e sempre poucos. O Encontro de Bauru é uma boa oportunidade para a gente virar esse jogo, e já está sendo.

É evidente que a união entre coletivos não pode ocorrer sem conversa, de forma artificial, entre poucos e mesmos, não pode ser automática. Nossa união deve ser o nosso horizonte, nossas lutas e nossas bandeiras, mas isso não significa que não possamos ter diferentes coletivos atuando. É preciso agregar pessoas aos debates, retomar o boca a boca e reconstruir relações com a base dos trabalhadores, usuários e com os familiares. E que tenhamos um horizonte de defesa do SUS e dos direitos sociais. É a partir da afirmação da estratégia de lutas feita em contato com as bases dos trabalhadores, usuários e familiares, que podemos barrar os ataques à política nacional de saúde mental, e dizer também: fora Quirino!

Isto não desqualifica e não exclui a participação de outros atores sociais, mas coloca no centro a necessidade de organização viva, pulsante dos cotidianos e dos territórios.

Sempre é bom lembrar que há 30 anos inauguraram-se as primeiras experiências de serviços substitutivos. Em 2007, quando houve o encontro de 20 anos, havia, pelos dados do Ministério da Saúde, 1.155 CAPS. Em 2010, ano da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, havia 1.620 e hoje temos mais de 2.500 serviços. Esses dados nos colocam as seguintes questões: há um volume importante de trabalhadores ingressando nos serviços do SUS, muitas vezes de forma rotativa pelas demissões da terceirização. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se inseriram no cotidiano dos serviços e milhares que estão trabalhando há muito tempo no SUS. Da mesma forma há milhares de usuários e familiares que se inserem nos serviços cotidianamente. Penso que se não cuidarmos de dialogar com quem está no cotidiano dos serviços da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), independente do segmento ou do tempo de inserção, corremos o risco de entrar na roda viva da automatização e da despersonalização das relações, da gente não se reconhecer mais.

Nesse sentido, a alegria de poder participar de um encontro como este, cheio de história e emoção, nos permite colocar essa tarefa a todos. Um convite a defendermos a possibilidade de sermos alegres e de mantermos a nossa alegria.

O convite que a gente faz aqui é para a ampliação do diálogo nos espaços do cotidiano, a construção dos espaços do encontro e manifestação em defesa dos direitos sociais e da democracia e de reinventar e sustentar a reforma psiquiátrica.

Por um SUS público, estatal, gratuito e de qualidade!

Por uma sociedade sem manicômios!

Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!

Mario Alexandre Moro

Fotógrafo, militante da Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo, representando o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial - MNLA.

Estamos aqui, neste momento, diante de um importante encontro que estará acima de tudo proporcionando a oportunidade de se encontrarem



presentes, numa mesma mesa, discutindo sobre conjuntura atual, RENILA e MNLA. Isto já é uma grande conquista, certo, gente? Conquista que se faz também por causa dessa nova geração de militantes, que cada vez mais vem ocupando os espaços na mobilização da luta antimanicomial deste país.

Sabemos perfeitamente que não vai ser alimentando divergências e contradições do passado que vamos conseguir avançar e superar nossos desafios, mas sim de forma unida, cada vez mais abrindo a discussão, vamos conseguir superar os desafios e todos obstáculos pela frente. Vejam os tantos usuários aqui presentes, agora quietos, prestando atenção - mas na hora das rodas de conversa, vai dar até pena dos coordenadores, pois as vozes vindo à tona vão soltar! E vão mostrar o protagonismo desta nova geração de usuários da saúde mental, mais atuantes, presentes na luta e mobilização, avançando nas discussões de políticas públicas que nos abrangem. Isto somente se faz possível pelo tratamento humanizado, acompanhado por múltiplos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e não quando o usuário é trancafiado sem liberdade, excluído da sociedade num manicômio. Estamos nos deparando, infelizmente, com o avanço dessa nova versão de manicômios que são as comunidades terapêuticas; mas vamos estar, neste Encontro de Bauru, discutindo metas e desafios para enfrentar essa situação, que cada vez mais vem pondo em risco as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS). Há muitos CAPS sendo sucateados nos municípios, projetos terapêuticos de geração de trabalho e renda cancelados, cada vez mais trabalhadores sendo vítimas de discriminação e demissões sem direito sequer à voz, tendo sua saúde mental comprometidas devido às mudanças ruins que os governos federal, estadual e municipal vêm fazendo.

Antes de encerrar gostaria de reforçar a colocação do companheiro da RENILA sobre a importância dos usuários e familiares estarem nas assembleias gerais das unidades, associações, conselhos locais de unidade, conselho municipal, fóruns com seu protagonismo defendendo seus direitos de cidadania, as RAPS, falando da falta de médico, remédio nos serviços de unidade do SUS, além de estarmos atento às mobilizações contra as mudanças retrógradas na política nacional de saúde mental que estão surgindo. Temos Fóruns da Luta Antimanicomial e Frentes Estaduais da Luta Antimanicomial, que precisam contar com maior participação dos segmentos dos militantes e adesão dos estudantes. Ao encerrar, destaco importância de buscarmos cada vez mais a união com o intersetorial como base de apoio para fortalecer a luta, todos nós voltados para a defesa dos direitos humanos, cada vez mais em risco com tudo. Muito obrigado a todos vocês.



8. **Rodas de conversa: Ementas, roteiros e encaminhamentos das rodas**



Segue texto elaborado pelo Coletivo Organizador como orientador para as Rodas de Conversa

Instrutivo Rodas de Conversa

A ideia das rodas é coletivizar as percepções dos participantes e construir **eixos de luta e estratégias de resistência** a serem discutidas na plenária. Dessa forma espera-se das rodas de conversa que possam exercitar a discussão sobre o tema e o poder de síntese do grupo. As rodas de conversa ocorrerão no dia **08 de dezembro 14h e 09 de dezembro 9h**. Os moderadores e relatores participarão dos dois dias da mesma roda de conversa. Espera-se que os participantes possam estar também os dois dias na mesma roda, para isso as inscrições serão feitas no credenciamento para apenas um tema. Deste modo o participante conseguirá acompanhar toda a discussão do tema escolhido (análise da conjuntura e eixos de luta e estratégias de resistência). A permanência da pessoa na mesma roda nos dois dias deverá ser estimulada pelos moderadores durante os trabalhos do primeiro dia.

Poderão ser solicitados pelos moderadores e relatores a participação de pessoas para ajudar o registro e a coordenação da roda, devendo, para isso, ser avaliado o número de participantes presentes e o volume de trabalho necessário (tanto na moderação quanto na relatoria).

MOMENTO 1:

A proposta é que tenhamos dois momentos: o primeiro será de coletivização de um balanço dos últimos anos no contexto da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial bem como de avaliação da conjuntura atual. A ideia é que possamos trocar as percepções, experiências e pontos relevantes no âmbito local e nacional sobre o tema da roda de conversa, reverberando as discussões da mesa de abertura. Para esse momento deverá ser utilizada a TABELA 1. **Esse momento acontecerá apenas no dia 08**. Caso o grupo consiga esgotar a discussão do balanço/conjuntura poderá partir, ainda no primeiro dia, para o segundo momento. O registro do Momento 1 deverá conter os temas abordados, o detalhamento da discussão e dois pontos de síntese (Registrar na TABELA 1). As construções das rodas de conversa para avaliação e balanço serão reunidas em uma única síntese pelos relatores/moderadores das rodas de conversa e comissão organizadora, em reunião agendada, para serem apresentadas na plenária.

MOMENTO 2:

Poderá se iniciar no dia 08 após a discussão de conjuntura (caso a roda avalie ser possível). Considerando o acúmulo das discussões na mesa de abertura e no MOMENTO 1 das rodas de conversa, o MOMENTO 2 será dedicado à discussão e construção de eixos de luta e estratégias de resistência. **Deverá ser utilizada a TABELA 2 para o registro de até 6 eixos de luta e estratégias de resistência, sendo que dessas 6 deverão ser escolhidas apenas 2 para serem apresentadas na plenária.**

O ideal é que as pessoas participem os dois dias da mesma roda de conversa para contribuir com a construção dos eixos de luta e estratégias de resistência a partir do acúmulo das discussões da mesa de abertura e do MOMENTO 1. Caso tenham pessoas no segundo dia (09 de dezembro) que não tenham participado do primeiro será preciso pontuar que o espaço de debate da conjuntura já foi realizado. Essa é uma medida para facilitar a sistematização e o andamento da roda de conversa.

Ao contrário das Conferências de Saúde, onde muitas propostas são construídas, a ideia é identificar eixos fundamentais de luta, ou seja, apontamentos gerais sobre os temas que poderão se desdobrar e se desenvolver ao longo do ano de 2018 na agenda de luta de coletivos, movimentos e territórios.

Dessa forma o detalhamento da discussão será relatado **(Registrar na TABELA 2)** e constituirá a base para a memória do encontro, mas apenas as **2 eixos de luta e estratégias de resistência escolhidas na roda de conversa serão apresentadas na plenária.**

Tendo em vista que a plenária ocorrerá apenas no período da tarde do dia 09 e que teremos 28 rodas de conversa, serão apresentadas 56 propostas no total a serem apreciadas na plenária. Assim, a ideia é privilegiar o debate e o poder de síntese sobre aspectos fundamentais da Luta Antimanicomial que possam representar o consenso dos grupos e pessoas sobre os temas diante do desafio de defesa do SUS e da atuação dos movimentos sociais.

Objetivos da Moderação: Garantir que a discussão circule em torno do tema; definir tempo das falas; organizar as inscrições de fala dos participantes. Estimular a participação do maior número de pessoas. Observar o movimento do grupo em torno de falas repetidas e consensos expressos nas manifestações. Colaborar para a construção da síntese da produção das rodas de conversa. Estimular que os participantes estejam na mesma roda de conversa nos dois dias. Estimular que as estratégias debatidas e escolhidas pelo grupo sejam de luta e resistência, diferenciando-se de propostas como numa Conferência. É importante que os moderadores conheçam todas as temáticas das outras rodas a fim de garantir que a discussão se atenha ao tema.

Objetivos da Relatoria: Registrar de forma sintética a discussão das rodas de conversa, colaborar com a sistematização da avaliação de balanço/conjuntura. É importante que os relatores conheçam todas as temáticas das outras rodas a fim de garantir que a discussão da que participa se atenha ao tema.

TABELA 1 – Momento 1: DIA 08 14h
Balanco/ Análise de Conjuntura relacionados ao tema da roda de conversa

Sala: _____ Tema: _____

Moderadores: _____

Relatores: _____

Balanco/Análise da conjuntura	Registro da discussão	Síntese
Temas abordados	Detalhamento da discussão (apenas para a memória do encontro)	Elementos fundamentais sobre o balanço/avaliação da conjuntura para serem apresentados como síntese do balanço/conjuntura de todas as rodas na plenária Sistematizar em até 2 pontos sintéticos

TABELA 2 – Momento 2: DIA 08 TARDE/09 DE MANHÃ:
Proposição de estratégias de luta e resistência relacionados ao tema da roda de conversa

Sala: _____ Tema: _____

Moderadores: _____

Relatores: _____

Temas	Registro da discussão	Síntese
Diferentes temas tratados de acordo com a proposta da Roda de Conversa	Observações sintéticas para a memória do encontro	Devem expressar até 6 eixos de luta e estratégias de resistência. Dessas 6 o grupo deverá eleger 2 eixos de luta e estratégias de resistência para serem apresentadas na plenária.

Momento da Roda de Conversa



As Rodas de Conversa foram marcadas por uma rica discussão, contando com a presença de muitos participantes do Encontro, que se implicaram na reflexão sobre as questões propostas e na construção de proposições a serem encaminhadas para a Plenária.

Toda essa discussão foi registrada pelos relatores de maneira formal nos formulários digitais disponíveis em cada sala. Conforme informado na Plenária Final do Encontro apesar dos inúmeros esforços de muitos relatores com a contribuição de membros do Coletivo Organizador do Encontro e acompanhado por muitos participantes, não foi possível salvar esses documentos na íntegra, em função de vírus nos computadores da Universidade.

Assim, o grupo responsável por esse trabalho no momento do Encontro garantiu o registro das propostas dos grupos encaminhadas para a Plenária, para que pudessem ser apreciadas por todos os participantes. Foram arquivados alguns registros manuscritos das discussões dos grupos, mas após análise desses registros, a Comissão de Sistematização do presente Relatório considerou que não seria possível garantir a inteligibilidade do conteúdo e expressar a abrangência e riqueza das discussões realizadas e, assim a publicação desses registros apresentou-se inviável.

Ressalte-se, mais uma vez, que o relatório mais sistemático de cada Roda de Conversa constava nos arquivos digitais que, durante o Encontro, foram danificados pela presença de vírus nos computadores, conforme acima assinalado.

Assim, as proposições dos grupos encaminhadas para a Plenária constam nesse Relatório no item relativo à Plenária e apresentamos aqui as ementas das discussões propostas para as Rodas de Conversa.

Tema: 1. Cuidado em liberdade: A RAPS que queremos

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir a situação do funcionamento dos serviços substitutivos, considerando a necessidade de afirmar a defesa radical do cuidado em liberdade, o protagonismo dos usuários e familiares e a valorização de processos de trabalho em que a convivência entre trabalhadores, usuários e familiares compreenda as particularidades do território e as singularidades dos sujeitos.

Tema: 2. Por uma Reforma Psiquiátrica antimanicomial: desafios e impasses para os movimentos sociais

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir entre os diferentes coletivos, grupos e entidades as formas de organização na base, análises sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil e nos Estados, pautas que os coletivos, grupos, entidades e movimentos sociais consideram estratégicas, construção de uma agenda ampla sobre o Movimento Antimanicomial, discutir a criminalização dos movimentos sociais e aproximação e parceria com outros movimentos sociais.

Tema: 3. Trabalho em saúde e enfrentamento da precarização

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir enfrentamento às diferentes formas de precarização trabalho no SUS, especialmente nos serviços substitutivos da RAPS, analisar os processos de terceirização e parcerias com entidades da sociedade civil, discutir impactos da rotatividade de profissionais nos serviços, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde mental, assédio moral e adoecimento nos ambientes de trabalho. Discutir o controle social e a participação social no SUS, especificamente nas comissões de saúde mental e conselhos.

Tema: 4. Contra a maré: Velhos e novos problemas da institucionalização

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir as transformações no cenário da saúde mental. Debater, a partir de dados sobre os Estados, os processos de Desinstitucionalização e fechamento de Hospitais Psiquiátricos. Discutir as diferentes modalidades de internação (compulsória, involuntária e voluntária), a coexistência da rede substitutiva e espaços de internação. O contexto dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Debater sobre as novas formas de internação em Comunidades Terapêuticas.

Tema: 5. Justiça e garantia de direitos

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir as interfaces entre saúde mental e justiça. Problematizar a relação entre saúde

mental, Ministério Público e Defensoria Pública. Debater sobre as demandas por internações compulsórias pelo Sistema de Justiça. Discutir sobre a violação de direitos e a atuação do poder judiciário. Retirada de filhos recém-nascidos de usuárias de álcool e outras drogas. Debater sobre o encarceramento e institucionalização do louco infrator e coletivizar experiências transformadoras. Discutir sobre os egressos do sistema prisional que tem demandas relacionadas a álcool e outras drogas. Debater sobre as tentativas de encarceramento dos adolescentes pela via da redução da maioridade penal.

Tema: 6. Loucos como sujeitos de direitos

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Retomar o debate sobre o projeto ético e político da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial sobre a relação com as pessoas que vivem a experiência de sofrimento psíquico considerando o louco como sujeito de direitos. Discutir sobre a resistência aos processos institucionais e cotidianos de invalidação. Debater sobre o direito à cidade, à participação social e à vida compartilhada em liberdade. Discutir sobre a construção de estratégias de relações de reciprocidade e de ampliação da contratualidade do louco na relação com a sociedade. Discutir a cidadania no contexto atual, a reafirmação da cidadania das pessoas com experiência de sofrimento psíquico no cotidiano de vida.

Tema: 7. Comunicação e cultura

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir sobre as formas de comunicação com a sociedade na defesa de uma sociedade sem manicômios. Discutir sobre a cobertura jornalística sobre movimentos sociais em veículos novos e alternativos, como as mídias sociais. Construir estratégias para divulgação de experiências de exercício de direitos sociais de usuários e familiares na vida social e no contexto das redes de serviços substitutivos, bem como ações para a publicizar denúncias de tratamentos degradantes em manicômios e Comunidades Terapêuticas. Debater sobre formas de produção e acesso à cultura e sua interlocução com a saúde mental.

Tema: 8. Infância e Juventude

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir a protagonismo e participação dos usuários e familiares nos serviços e o cuidado integral em saúde. Discutir a estigmatização a partir do diagnóstico e a medicalização. Debater a questão dos usuários de álcool e outras drogas na infância e juventude e a falácia da internação como solução. Debater e enfrentar as diversas iniciativas legislativas que defendem a redução da maioridade penal e o aumento do tempo de internação de crianças e adolescentes. Defender a aplicação do ECA como forma de resistência à internação em manicômios e comunidades terapêuticas. Propor formas de articulação para acesso à Educação Inclusiva, Lazer, Moradia e Cultura. Construir estratégias para divulgação da Luta Antimanicomial para o público da Infância e Juventude, familiares e sociedade e pensar em formas de garantir a participação de crianças e adolescentes nos espaços dos movimentos sociais.

Tema: 9. Álcool e outras drogas

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a

construção de propostas para a plenária final.

Discutir o Antiproibicionismo e as consequências da Guerra às Drogas, considerando a violência do Estado contra os usuários e as internações compulsórias em Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas. Discutir a Redução de Danos e estratégias de cuidado de baixa exigência para superar as barreiras de acesso para o cuidado integral em saúde. Discutir o preconceito e a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de álcool e outras drogas. Discutir formas de articulação com intersetor, com o sistema de justiça, rede SUAS, trabalho, moradia, educação e cultura. Discutir iniciativas legislativas de retrocesso no campo da Política sobre drogas (como a revisão da lei 11.343/2006) e o investimento público em Comunidades Terapêuticas e espaços que promovam violações de Direitos Humanos.

Tema: 10. Políticas Públicas em tempos de desmonte dos direitos sociais

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir sobre o contexto de retrocesso nas políticas sociais. Discutir sobre a PEC do congelamento do investimento público (PEC 55/2016), Reforma trabalhista e Reforma da Previdência. Debater sobre os ataques ao SUS e à Seguridade social. Discutir sobre o Grupo de Trabalho da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) sobre a ampliação de financiamento e do número de leitos em manicômios. Debater o impacto do desmonte da políticas públicas no direito dos usuários e familiares aos Benefícios: Benefício de Prestação Continuada – BPC e Programa de Volta para Casa – PVC. Discutir sobre formas de organização em apoio aos trabalhadores e trabalhadoras das redes locais impactadas pelo desmonte de serviços e redes. Discutir sobre o aumento da vulnerabilidade social, a destruição de direitos e os desafios para o financiamento das políticas públicas.

Tema: 11. O direito à diferença: a luta contra as opressões

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir formas de enfrentamento ao conservadorismo nas políticas públicas e nas relações sociais, a opressão de gênero, homofobia, LGBTTQI fobia, violência contra as mulheres, machismo, a divisão sexual do trabalho, demandas de sofrimento psíquico das populações tradicionais (como quilombolas, indígenas, população do campo das águas e da floresta), o racismo e suas implicações no sofrimento psíquico, o combate às formas de discriminação e opressão às pessoas em situação de rua. Discutir o direito à diferença. Discutir sobre os direitos reprodutivos e sexuais e a saúde mental.

Tema: 12. O direito a cidade: Luta Antimanicomial e intersetorialidade

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir sobre o direito a cidade e a garantia do cuidado em liberdade. Discutir sobre o funcionamento e experiências de trabalho em rede nos territórios. Debater sobre o direito à moradia, a mobilidade, trabalho, alimentação saudável, assistência social, educação, justiça, cultura, lazer e ao pleno desenvolvimento, enquanto produtores da vida social. Debater sobre a ocupação da cidade e a expulsão de setores populares dos centros urbanos. Debater sobre a condição das pessoas em situação de rua.

Tema: 13. Geração de trabalho e renda e Economia Solidária

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir o fortalecimento e ampliação das iniciativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária para os usuários e familiares dos serviços substitutivos. Discussão sobre o direito ao trabalho. Discussão sobre tutela, autogestão, trabalho protegido e cooperativismo. Moeda social e formas de trocas solidárias. Discutir a relação com as ITCPS (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). Discutir sobre iniciativas legislativas que impactam no cooperativismo e Economia Solidária.

Tema: 14. Medicalização da sociedade

Discutir balanço, perspectivas e estratégias de ações para todos os temas vislumbrando a construção de propostas para a plenária final.

Discutir a patologização de problemas, experiências como o luto, a violência, o sofrimento no trabalho, bem como a prescrição indiscriminada de medicamentos no âmbito do SUS. Discutir o protagonismo dos usuários em relação ao uso de medicamentos. Debater sobre a medicalização e a questão de gênero, assim como a medicalização da infância e juventude. Discutir a epidemia das drogas lícitas e seus efeitos.



9. **Programação Cultural**

Trata-se de programação inicial, mas é importante assinalar que diversas apresentações foram realizadas durante o Encontro, não tendo sido possível, entretanto, resgatar o registro do conjunto das iniciativas realizadas para constar neste Relatório.

Data	Apresentação ou Intervenção Cultural	Horário
08/12/2017	Banda Lokonaboa	13h00 às 13h30
08/12/2017	De Volta aos Palcos	13h30 às 14h00
08/12/2017	Escola de Samba Viradouro	17h30 às 19h00
08/12/2017	Maicon Pop	19h00 às 19h15
08/12/2017	Bloco de Percussão Desencuca	19h15 às 20h00
08/12/2017	Tribuna Livre (durante todo o evento) Apresentações Especiais: 1. (Ins)piração: dança e musicalização	09h00 às 18h00
08/12/2017	Exposição Prêmio Arthur Bispo do Rosário	09h00 às 18h00
09/12/2017	Apresentação 10 BATUCAPS PRIMAVERA MAUÁ	13h00 às 13h30
09/12/2017	Coral Cênico Cidadãos Cantantes	13h30 às 14h00
09/12/2017	BATUCAPS	19h30 às 20h00
09/12/2017	Maicon Pop	20h00 às 20h15
09/12/2017	Bloco de Percussão Desencuca	20h15 às 20h45
09/12/2017	Tribuna Livre (durante todo o evento) Apresentações Especiais: 1. Monólogo: Oto "Homenagem Marcus Vinicius visita Deusdet do Carmo Martins"	09h00 às 18h00
09/12/2017	Exposição Prêmio Arthur Bispo do Rosário	09h00 às 18h00



10. **Algumas Programações desenvolvidas durante o encontro**



10.1 Economia Solidária nos 30 anos de Bauru

A Feira de Economia Solidária e os dois grupos de trabalho sobre Economia Solidária que ocorreram durante o Encontro Nacional 30 Anos de Bauru foram a expressão do crescimento e da consolidação do Eixo 7 da Rede de Atenção Psicossocial, que afirma a estratégia de reabilitação psicossocial e as práticas transformadoras e de promoção de autonomia das cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários.

Na Feira houve a participação de 32 empreendimentos solidários, de diversas regiões do país, que comercializaram produtos variados, como artesanato, utensílios para a casa e jardim, livros, produtos alimentícios. Os dois grupos de trabalho, que reuniram centenas de pessoas de todo o país, foram um espaço importante para a troca de experiências e informações, mas também para afirmar propostas de ação para o fortalecimento da economia solidária e do cooperativismo social.

Nas discussões, diversos pontos foram reafirmados, como a necessidade de impedir a interrupção de benefícios sociais ou direito previdenciário para os participantes dos empreendimentos, e da manutenção dos editais de apoio por parte do Ministério da Saúde. Vale salientar dois pontos que ganharam destaque e foram encaminhados à Plenária:

- 1) a necessidade de articulação de uma Rede Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária;
- 2) a necessidade de implementação do Programa Nacional de Apoio e Fomento ao Cooperativismo Social (PRONACOOP Social).

Ao considerar esses dois eixos, deparamo-nos com um cenário de retrocessos que também atingiu a relação histórica entre saúde mental e economia solidária, tanto no Ministério da Saúde, quanto na Secretaria Nacional de Economia Solidária, os editais de apoio e fomento e o Grupo de Trabalho do PRONACOOP Social estão paralisados, sem qualquer perspectiva de retomada. Neste contexto, nos 30 anos de Bauru, afirmamos e celebramos todo o nosso acúmulo, nossas experiências exitosas, e também apontamos caminhos de mobilização e de afirmação de nossa agenda para a ampliação de direitos e promoção de autonomia e cidadania ativa.



10.2 Tenda Paulo Freire



A parceria entre a Educação Popular em Saúde (EPS) através da ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde) e a Saúde Mental vem de longe. A Tenda Paulo Freire é uma das atividades da educação popular em saúde desde o nosso primeiro Encontro em 2003, em Campinas. Nesse Encontro a EPS da região sudeste, realizado no Rio de Janeiro em 2009, a delegação de São Paulo levou entre os representantes também trabalhadores, usuários e familiares de saúde mental. Também estivemos juntos na delegação de São Paulo, no Encontro Nacional da ANEPS, em Goiânia, no mesmo ano não como coadjuvante porque em EPS todos somos protagonistas. Desde então sempre estamos fazendo algumas parcerias. Em Bauru foi uma delas: acreditamos que foi um grande aprendizado e com ele uma enorme reflexão. O papel da Tenda na medida do possível foi cumprido. Tivemos rodas de conversas de grande profundidade, que abordaram:

- As diversas formas de cuidar da EPS e das PICs (o cuidar diferente existe é possível, é popular, é autonomia do sujeito, é acima de tudo democrático, mas não se faz na solidão);
- A EPS na formação dos profissionais de saúde (quem cuida e trabalha com gente tem que saber e conhecer de gente, se colocar no lugar do outro);
- A Saúde Mental da mulher e a violência contra a mulher no olhar da EPS ("Sozinhas andamos bem, mas juntas andamos bem melhor");
- O espaço de cuidado da Tenda com as práticas populares como reiki, cromoterapia, cristaloterapia e massagem aconteceu, mas, foi um pouco prejudicado pela localização da Tenda, praticamente junto com as atividades culturais, o som alto e muito trânsito de pessoas. No final escrevemos uma carta aos organizadores do evento para ser lida na plenária final, pois tivemos que sair antes da plenária final.

Reflexão: Ao entregar a carta quando estávamos saindo alguém disse: quem é a Tenda Paulo Freire?

10.3 Caravana de Direitos Humanos de São Paulo / Audiência Pública

Durante o Encontro de Bauru também ocorreu uma audiência pública na Câmara Municipal de Bauru, realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em parceria com o CONDEP, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo. Para a deputada estadual Márcia Lia (PT), uma das organizadoras da audiência, a realização e a aprovação pelo plenário da inclusão de capítulo exclusivo sobre Saúde Mental no Plano Estadual de Direitos Humanos (PEDH) foi uma grande vitória para a Luta Antimanicomial. Esta vitória poderá trazer impactos nas políticas públicas do estado de São Paulo.

A audiência integrou a Caravana de Direitos Humanos que passou por diversos municípios paulistas e em Bauru, integrando as atividades das comemorações e reafirmações de 30 anos de Luta Antimanicomial.

Compuseram a mesa da audiência Nazareth Cupertino, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e o vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Paulo Amarante, também pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (FIOCRUZ), um dos pioneiros do movimento brasileiro de reforma psiquiátrica, Rildo Marques Oliveira, articulador estadual do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Aristeu Bertelli da Associação Inclui Mais, e Moacyr Miniussi Bertolino Neto, representando a Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo.

Além de denúncias relacionadas a maus tratos em hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas e outras instituições manicomiais, foram denunciadas violações de direitos humanos que abrangem um amplo espectro na região de Bauru contra pessoas em privação de liberdade, crianças, mulheres e idosos.

10.4 Ato Público / Caminhada pela cidade



Durante o Encontro de Bauru “30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”, que reuniu cerca de 2 mil participantes, foi realizada uma manifestação política e comemorativa aos 30 anos da Luta Antimanicomial, por meio de uma caminhada pelas ruas da cidade de Bauru, no dia 08 de dezembro de 2017, reunindo trabalhadores da saúde, estudantes, familiares e usuários de serviços de saúde mental substitutivos ao hospital psiquiátricos provenientes de diversos estados e municípios do Brasil. A manifestação iniciou na Universidade Sagrado Coração (USC), percorreu várias ruas e avenidas da cidade até a Praça Rui Barbosa, local simbólico para a Luta Antimanicomial que em 1987 também serviu de palco para a



manifestação coletiva dos trabalhadores da saúde mental, com a cidade, abrindo o diálogo importante e necessário sobre a relação da sociedade com a loucura para denunciar e resistir ao desmonte do SUS e de todas as políticas públicas, que nesses 30 anos de história do movimento, possibilitaram o fechamento de manicômios, implementando uma rede de cuidados em saúde mental, álcool e outras drogas: comunitário, em liberdade e com dignidade!

Foi uma manifestação alegre e muito importante considerando o cenário político pelo qual passa a Reforma Psiquiátrica Brasileira, que vem sofrendo constantes ataques. O ato público expressou a indignação de quem viveu a violência do hospital psiquiátrico, e sabe que

ela está retornando com força, pois conhece o interesse econômico, dos donos de hospitais e Comunidades Terapêuticas, bem como o interesse político em excluir quem é considerado pelo sistema como não produtivo, expressos na nova Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, aprovada poucos dias depois do encontro, em 14 de dezembro de 2017.



10.5 A presença e participação de crianças e adolescentes no Encontro de Bauru

Era 7 de dezembro de 2017. Crianças e Adolescentes usuários dos Centros de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil - CAPSij - da cidade de São Paulo, alguns acompanhados por familiares, saíram em caravana rumo a Bauru. Afirmando a parceria forte com os trabalhadores, buscavam representação e voz na luta pela manutenção das conquistas rumo a uma sociedade sem manicômios e contra os retrocessos que ameaçam os avanços destes 30 anos.

Sem nos darmos conta, percebemos que muito antes da partida, quando a questão ainda era se teríamos o ônibus, se teríamos usuários para ocuparem seus assentos...o que começou a ser produzido, foi uma experimentação intensa de afetos.

Afetos implicados na proposta...

E neste momento, mais ainda, os afetos já nos habitavam na imersão da intenção comemorativa produzida pelo tempo desta batalha, marcada pela Carta de Bauru. Pois estes sujeitos, historicamente subjugados, sempre estiveram presentes nos manicômios, porém, silenciados nos grandes movimentos sociais de transformação de práticas. Habitando o núcleo, mas na borda das rodas de conversa, das letras das reivindicações.

Mas levar os usuários não foi uma ação de reabilitação psicossocial. Não! Foi catapultar para a vida e protagonizar coletivamente um momento histórico, com pessoas estigmatizadas por uma maneira de existir sob o signo da diferença.

E o rolê começa então quando, para organizar o Encontro, crianças e adolescentes são pautados, querem espaço, querem o direito à fala. Inaugura-se desde aí a primeira transformação. Esforços invadem trabalhadores e atores dos Movimentos de Luta Antimanicomial para fazer caber mais esta diferença, num momento em que a união de todas marcaria a sustentação de barreira contra retrocessos.

Para muitas famílias e menin@s havia de ser a experiência de maior tempo longe de casa. Para outros, um encontro intenso com novas possibilidades de respeito, participação, reconhecimento, identificação, diferenciação... enfim, de existência.

Viagens são sempre possibilidades de estar, de ser e de perceber que, apesar de aparentemente termos uma finalidade, uma proposta, a riqueza e a potência dos encontros produzidos no trajeto, é um capítulo a parte.

Já na estrada, olhos atentos e desejosos de aventuras mostravam que a alegria daria continência para a reflexão dos tempos difíceis. Pudemos entender a viagem em pelo menos três etapas: produção, encontro e razão, num passeio entre macro e micro política que, em grande escala, foi a vivência de um processo de cuidado coletivo e afirmação conceitual para mais de 2000 pessoas de todo o Brasil, e em menor escala, a participação de rodas de conversa abertas, formadas por profissionais, garot@s, familiares... sem formato definido ou formalismos enrijecedores, com brincadeiras, inventividades. O que permitiu expressar e influenciar, por meio de intervenções espontâneas e respeitadas, a revisão e a reinvenção das propostas sobre as práticas de cuidado.

Acompanhar usuários e familiares a este evento por si já se configura para os trabalhadores como antimanicomial e extremamente potente para a reabilitação psicossocial. Cada pequena experiência com a adversidade, de não estar em seu lugar comum, já garantiu que o Encontro de Bauru 2017 deixasse marcas sem precedentes na vida da molecada, e na nossa também.

O evento teve de fato aproximadamente 2000 pessoas de todas as regiões do Brasil.

Queríamos cartografar o percurso infanto-juvenil no evento, fazer marcas, afirmar lugar, potência, relação... e para isso construímos um espaço jovem, um ambiente mais lúdico.

O formato do evento, ainda muito estruturado como lugar do adulto, gerava certo desinteresse. A vontade na juventude passa mais pelas sensações que pelas palavras, não dá para sentar e ouvir apenas. É preciso sentir, é preciso causar - espanto, imagens, risadas, acolhimento, movimentos, sossego, percepção, incomodo, força e sutileza - e assim, menin@s e menina@s desfilaram, batucaram, cantaram e contagiaram a abertura, entoando a afirmação veemente de que só é possível exercer cuidado em liberdade! E reafirmaram em um lindo coro, que crescia a cada passo, a cada olhar, a cada sorriso, a cada batida do tambor, o encontro que agrega unânime o grito: "Manicômios nunca mais"!

No espaço lúdico, grafitamos, imprimimos, colorimos e contamos, pela tinta, pelo spray e pela musica, as histórias que geraram o encontro, deixando registrado em folhas de papel e camisetas customizadas as palavras de ordem d@s adolescentes e d@s crianças. E abrigamos duas rodas de conversa sobre infância e juventude, realizada pelos próprios, trabalhadores, usuários e seus familiares. Ali, adultos e jovens narravam suas experiências em diversos estados do Brasil. Crianças desenhavam, inventavam, brincavam e de tempos em tempos falavam no microfone, colocando o que lhes é caro, se identificando pelo nome e cidade de origem, sendo vistos.

As conversas propuseram estratégias de resistência contra o plano atual da política nacional de saúde mental que, entre outros retrocessos na lógica de uma sociedade sem manicômios, prevê reinvestir em leitos de hospitais psiquiátricos; propõe que adolescentes em uso de Álcool e outras drogas sejam tratados em CAPS AD (espaço majoritariamente adulto); prevê incluir o estéril ambulatório de saúde mental na rede de atenção a saúde mental.

Das estratégias de enfrentamento propostas estão: um manifesto -#ideiadebauru; a reivindicação da reativação do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-juvenil, e dos Fóruns Estaduais e Municipais de Saúde Mental Infanto-juvenil; e um canal no Youtube em que CAPSij do Brasil todo poderão fazer postagens de vídeos afirmativos que divulguem o trabalho dos CAPSij e sua qualidade.

Foi fundamental afirmar que o cuidado com a infância e juventude cria também caminho para uma sociedade sem aprisionamentos em manicômios. Estes meninos e meninas já são fruto do cuidado em liberdade, junto a suas famílias e em suas comunidades, mas eles bem sabem que a vida oferece amarras, violações e isolamentos. Por isso falam com alegria da necessidade de sustentar o cuidado em liberdade com mais "rolês" fora dos CAPSi, com parceria das famílias e dizem por #, que #noiséforça, para não nos deixar esmorecer.

10.6 Relembrando algumas atividades culturais realizadas durante o Encontro de Bauru



a) Apresentação da Escola de Samba Unidos do Viradouro - Enredo "Vira a cabeça, pira o coração - Loucos gênios da criação"

A Escola de Samba Viradouro teve como enredo, no ano de 2018, a loucura da criação, sobre o processo criativo a partir da perspectiva de inventores que foram considerados loucos em sua época, que foram incompreendidos e que criaram invenções e teorias que mudaram o nosso mundo. Ou seja, tratou do tema da loucura numa perspectiva inclusiva e reconhecendo que muitas pessoas taxadas de loucas foram e sempre serão

capazes de produzir coisas inéditas para a sociedade, trazendo cor e alegria neste mundo. Sabedores do empenho e da participação política do Conselho Federal de Psicologia na luta pela inclusão na sociedade dos chamados loucos, a Escola convidou o Conselho para participar do lançamento do seu samba-enredo e se dispôs voluntariamente a homenagear o Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios.

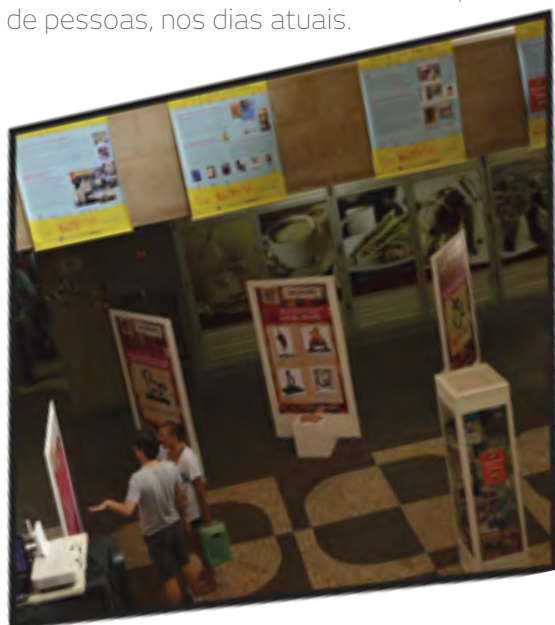
b) VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário: superando os manicômios pela arte

Natural de Sergipe, nascido em 1911 (há uma dúvida sobre a data de seu nascimento – 1907 ou 1911) na cidade de Japarutuba, partiu de lá para ingressar na Marinha e jamais retornou. Em 22 de dezembro de 1938, aproximadamente aos 27 anos de idade, acordou com alucinações. Foi conduzido ao Hospício Pedro II (Hospício da Praia Vermelha), o primeiro manicômio em que foi contido em sua existência e em que tentaram silenciar sua riqueza de vida. Daí em diante, teve que lutar contra as amarras concretas e simbólicas a que o asilo o condenou. Um mês após a internação, foi transferido para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais de 50 anos. Ali, travou suas maiores batalhas e obteve suas maiores conquistas, ainda que ao preço de muita violência e sofrimento, legitimados por um diagnóstico de esquizofrenia paranoide.

Utilizando-se dos objetos que se lhe apresentavam, lixo e sucata, expressou sua arte e construiu sua obra, que se tornou mundialmente conhecida e reconhecida como vanguardista. Na Colônia, produzia mantos e estandartes, bordados e miniaturas recobertas por fio azul, que obtinha desfiando o uniforme usado pelas (os) internas (os). Entre os temas, destacam-se navios (tema recorrente devido à sua relação com a Marinha na juventude), estandartes, faixas de missas e objetos domésticos. Sua obra mais famosa é o Manto da Apresentação que Bispo utilizaria no 'Juízo Final'. Pretendia marcar sua passagem na Terra por meio de sua obra. E conseguiu: tornou-se referência da arte contemporânea brasileira. Mesmo que para isso tenha tido que confrontar o confinamento, as prescrições médicas e a cultura manicomial de toda a sociedade. Apesar de todo o sofrimento vivido, saiu vencedor de todas essas batalhas, contra inimigos poderosos - uma vitória só poderia ser considerada improvável. Mas venceu, e irrompeu a realidade imposta e as amarras institucionais por meio de sua arte. Tornou-se, também, símbolo da resistência e da luta frente ao manicômio e à cultura manicomial, que ainda assolam a humanidade e exterminam milhares de pessoas, nos dias atuais.

Na celebração e rememoração dos 30 anos da Carta de Bauru, a memória de Bispo não poderia ser esquecida. Em homenagem a ele, que representa o legado de dor e superação de todos aqueles que já foram silenciados e trancafiados pelos muros e grilhões do manicômio e das práticas manicomiais, o CRP-SP, por meio do Núcleo de Saúde, Setor de Eventos e Comissão de Organização do Prêmio, organizou uma exposição com as obras de participantes do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, desde sua primeira edição até a atual, em formato de linha do tempo. Foi montado um estande multimídia, com vídeo, áudio, telas, materiais gráficos das edições anteriores e diversos materiais impressos. Buscou-se explorar todas as linguagens artísticas que compõem o projeto (escultura, fotografia, pintura, literatura e vídeo). Toda a riqueza e complexidade expressas nas obras necessitavam de uma diversidade de meios para apresentá-las.

Nos anos em que se completam três décadas da Carta de Bauru e do 18 de maio (Dia Nacional de Luta Antimanicomial), 2017 e 2018, é realizada a VIII edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Buscamos celebrar a vida (EM LIBERDADE!) em toda a sua complexidade e beleza, abrindo espaço para a arte daqueles que tanto têm a nos mostrar e nos ensinar.





11. **Plenária Final do Encontro de Bauru:
30 anos de luta “Por uma sociedade
sem manicômios”**



11.1 Propostas aprovadas

Tema 1: Cuidado em liberdade: A Raps que queremos

1) Os militantes, trabalhadores, usuários, familiares, gestores de cada localidade devem se reunir em coletivos/associações/comissões/fóruns/redes/observatórios/colegiados, de acordo com as especificidades e potencialidades de organização local, com o intuito de buscar a ampliação e consolidação da Rede de Atenção Psicossocial, por meio da formação e educação permanente de trabalhadores, do incentivo ao protagonismo dos usuários e familiares e da mobilização e luta em defesa da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e do cuidado em liberdade nos serviços substitutivos.

2) A plenária final do Encontro de Bauru deve estabelecer um calendário de lutas e mobilização para resistência, defesa e fortalecimento da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, incluindo: organização de Encontro de Usuários e Familiares e da Segunda Marcha dos Usuários à Brasília; criação de estratégias de comunicação e articulação para encontros mais frequentes dos movimentos antimanicomiais; carta de repúdio e mobilizações em relação às recentes propostas do Coordenador Nacional de Saúde Mental, tais como o financiamento e inclusão das comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos.

Tema 2: Por uma reforma Psiquiátrica Antimanicomial: Desafios e Impasses para os Movimentos Sociais

1) Promover ações nacionais para responder diretamente ao desmonte da Reforma Psiquiátrica através da articulação dos movimentos sociais e coletivos, sendo uma ação imediata a organização de manifestação em 14 de dezembro de 2017 na reunião da Comissão Intergestores Tripartite, em Brasília, que contemple o fortalecimento da articulação com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Ministério Público Federal e a Frente Parlamentar Federal em defesa da Reforma Psiquiátrica (os quais questionaram o Ministério da Saúde sobre as políticas de Saúde Mental); e uma das ações a médio prazo a organização da segunda Marcha de Usuários à Brasília, com vista à organização da V Conferência Nacional de Saúde Mental.

2) Fortalecer a base dos movimentos sociais e retomar a formação política de usuários, familiares, trabalhadores e estudantes.

3) Combater a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização das drogas e dos usuários.

4) Rever a forma de participação representativa do movimento social, de maneira a garantir a participação direta nas decisões.

Tema 3: Trabalho em Saúde e Enfrentamento da Precarização

1) Realizar lutas em diferentes espaços:

a) ocupação dos espaços de controle social e suas comissões, conferências, comitês gestores, garantindo que sejam compostos por diferentes atores e enfrentando a sua captura pela gestão;

b) Intensificação da articulação com movimentos sociais autônomos, tais como Frente Povo sem Medo, Movimento LGBTQ, Movimento Negro, Movimento Feminista, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde; ocupação de rua; realização de trabalho de base/territorial; fortalecimento do movimento de trabalhadores da rede pública.

2) Posicionamento contra a privatização da saúde (expressa por mecanismos como terceirização da gestão operada pelos chamados novos modelos de gestão, parceria com comunidades terapêuticas, compra de leitos em hospitais psiquiátricos); garantia de estrutura de serviços com sedes próprias criadas especificamente para serviço fim, com garantia de material adequado para a realização do trabalho; dimensionamento real das equipes com contratação apenas por concurso público, com planos de cargos e carreiras para todos os servidores; garantia de espaços de supervisão, capacitação e educação permanente pela implementação da gestão clínica, além de espaços de cuidado do cuidador e segurança do trabalho.

Tema 4: Contra a maré: Velhos e Novos Problemas da Institucionalização

- 1) Elaboração de um documento técnico-político único referente à minuta da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.
- 2) Realização de articulação e produção de agenda com atores e grupos estratégicos (Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Ministério Público Federal).
- 3) Realização de intervenção na Comissão Intergestores Tripartite.
- 4) Realização de mobilização nacional garantindo o fortalecimento de espaços de participação e voz dos usuários e familiares, tendo em vista a Segunda Marcha dos Usuários à Brasília, a XVI Conferência Nacional de Saúde e V Conferência Nacional Intersetorial de Saúde Mental.

Tema 5: Justiça e Garantia de Direitos

- 1) Pressão junto aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde para a criação de Comissões Permanentes de Reforma Psiquiátrica, a fim de promover maior controle social sobre o financiamento da Rede de Atenção Psicossocial.
- 2) Luta pela efetivação dos novos direitos dos usuários e familiares na perspectiva da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, de Inclusão da Pessoa com Deficiência garantindo o direito ao transporte público gratuito municipal e intermunicipal (passe livre), para promover maior acesso aos serviços ofertados pelas políticas sociais do território, garantindo acesso a cidade.
- 3) Promoção de maior acessibilidade ao Sistema de Garantia de Direitos e às informações relativas a direitos para as pessoas com transtorno mental e a seus familiares, inclusive aquelas que estão em conflito com a lei.
- 4) Construção de espaços de discussão sobre a Rede de Atenção Psicossocial, incluindo todos os atores do Sistema de Justiça e de garantia de direitos, repensando as práticas de cuidado, enfrentando estigmas e denunciando todo e qualquer tipo de violação de direitos contra a pessoa em sofrimento mental e seus familiares, resguardando, em especial, o direito à maternidade e à liberdade.

Tema 6: Loucos como Sujeitos de Direitos

- 1) Considerar a concepção de autonomia como central para reconhecimento do louco como sujeito de direito e não como objeto, garantindo seus direitos civis e políticos, além dos demais direitos sociais; para tanto, é necessária a apropriação das proposições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (2015), como novos instrumentos da luta antimanicomial.

2) Garantir o protagonismo e autonomia dos usuários, reconhecendo-os enquanto sujeitos autônomos e de direitos e superando a lógica tutelar; para tanto, deve-se efetivar a participação dos usuários nos processos decisórios políticos e estruturais, na vida cotidiana, nos serviços e na cidade (fortalecimento de assembleias de usuários de fato emancipatórias e construtivas aos usuários; criação e fortalecimento de conselhos gestores com a participação de usuários; participação de usuários em conselhos de direitos das demais políticas públicas; reconstrução do lugar de participação em espaços de controle social já instituídos e institucionalizados; criação e ampliação de coletivos entre pares para transversalizar a luta antimanicomial em outras pautas, compondo com outros movimentos sociais para o fortalecimento da luta por direitos e democracia; criação de novos espaços de formação política entre e para usuários, familiares e técnicos, com enfoque na luta antimanicomial, na Reforma Psiquiátrica, no SUS, na relação com os direitos).

Tema 7: Comunicação e Cultura

- 1) Criar um núcleo de comunicação popular antimanicomial focado nas redes sociais (por exemplo, canal do Youtube com linguagem acessível) e trabalhar na perspectiva da comunicação popular, utilizando esses canais como forma de acompanhamento de denúncias.
- 2) Fomentar a cultura antimanicomial na formação profissional em áreas diversas, considerando a educação básica, as residências uni e multiprofissionais e o Programa Saúde na Escola, e reconhecendo ainda a importância da parceria da saúde mental antimanicomial com as faculdades de comunicação.

Tema 8: Infância e Juventude

Pelo fim de toda forma de internação e aprisionamento de crianças e adolescentes (hospital psiquiátrico, comunidade terapêutica e medida socioeducativa), mediante o fortalecimento da rede substitutiva aberta e de base territorial e intersetorial, propõe-se:

- 1) Realizar ampla divulgação e mobilização em redes sociais do trabalho dos CAPS Infanto-Juvenis pela via afirmativa, utilizando canal no Youtube criado e gerido por familiares e usuários.
- 2) Defender as políticas públicas voltadas para infância e juventude de acordo com as diretrizes e princípios preconizados pelo ECA, pelo SUS e pelo SUAS, cobrando a reativação do Fórum Nacional de Saúde Mental e Juvenil (Portaria Ministerial nº1608 de 03 de agosto de 2004, que Constitui Fórum Nacional sobre Saúde Mental de Crianças e Adolescentes) e dos Fóruns Estaduais e Municipais.

Tema 9: Álcool e outras Drogas

- 1) Construir um projeto para a regulamentação de todas as drogas e a descriminalização dos usuários, com base antiproibicionista, anticapitalista abolicionista, orientado pelo cuidado em liberdade e rejeitando
- 1) Construir um projeto para a regulamentação de todas as drogas e a descriminalização dos usuários, com base antiproibicionista, anticapitalista abolicionista, orientado pelo cuidado em liberdade e rejeitando todas as formas de obrigatoriedade de tratamento.
- 2) Criar novas estratégias de luta para retirar Comunidades Terapêuticas da Rede de Atenção Psicossocial.
- 3) Fortalecer, considerando a diversidade de olhares e regiões do Brasil, movimentos sociais e de base, fóruns populares, associações e iniciativas de educação popular que busquem

uma transformação do olhar, pautando o antiproibicionismo, as práticas antimanicomiais e a redução de danos. Tais iniciativas devem considerar a pauta do racismo e a pauta de gênero, evidenciando como a lógica e o modelo proibicionista afeta mulheres e povos tradicionais de forma específica

4) Levantar operadores do direito e frentes parlamentares que defendem as pautas dos Direitos Humanos, Saúde Mental, Política de Drogas e redução do encarceramento para articulação de estratégias.

5) Realizar formação política para usuários, familiares, trabalhadores e sociedade civil, focando nas estratégias de cuidado dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e de outras políticas intersetoriais; constituir multiplicadores nos territórios, por meio de diversas ações, tais como visitas entre famílias e outras metodologias participativas adequadas às realidades locais.

6) Garantir que os representantes dos fóruns e entidades nacionais presentes no Encontro dos 30 anos de Bauru se organizem/articulem para discutir e barrar o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que visa dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas, e a mudança na Política Nacional de Saúde Mental expressa na Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, associando-se aos outros movimentos nacionais organizados; pautar e lutar pela V Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial.

Tema 10: Políticas Públicas em tempos de Demonste dos Direitos Sociais

1) Enfrentar a financeirização do Estado com extinção dos direitos sociais por meio de manifestação contra o pagamento da dívida pública, pela taxação de fortunas de empresários e bancos e redirecionamento de recursos para sistema públicos. Difundir o fato de que a financeirização leva à eliminação de pessoas, mobilizando inclusive camadas médias da população sobre seu risco de adoecimento. Para tanto, propõe-se pesquisa sobre efeitos da financeirização nos processos de adoecimento, incluindo suicídios.

2) Realizar ações políticas contra o retorno do modelo manicomial e os ataques ao cuidado territorial pautado pela cidadania, de forma capilarizada: investir na interlocução da saúde mental com outros âmbitos como a educação, previdência e demais setores no território; difundir os debates realizados em eventos tais como o Encontro de Bauru nos espaços das políticas e movimentos locais; estabelecer pauta de trabalho nos movimentos locais, por meio da ocupação de espaços como os conselhos gestores, potencializando o estreitamento de laços existentes nos territórios; ocupar a Comissão Intergestores Tripartite, enfrentando o desmonte proposto pela mudança da Política de Saúde Mental. Manter a luta POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS: OCUPAR DESOBEDECER E EXISTIR!!!!

Tema 11: O Direito à Diferença: A Luta Contra as Opressões

1) Realizar ações para que a academia saia da academia e tenha empatia.

2) Ampliar o debate da luta antimanicomial, através do mapeamento e construção de uma agenda ampla, nacional e/ou de forma regionalizada, envolvendo conferências e seminários permanentes, sobre o tema desigualdades e opressões; realizar formação política de trabalhadores, usuários e comunidade, garantindo a interseccionalidade e a inserção dos movimentos sociais e metodologias participativas para além do campo da saúde.

3) Explicitar a pauta das opressões de forma estratégica nos documentos resultantes desse evento, em especial na Carta de Bauru de 2017, promovendo sua ampla divulgação, como forma de incentivo à produção de outros documentos que, sendo também de fácil acesso,

pontuem de forma interseccional as relações de opressão.

4) Intensificar a perspectiva de cuidado à pluralidade das famílias, buscando sua aproximação ao movimento da luta antimanicomial e outros movimentos sociais, tendo em vista que as relações familiares também podem reproduzir o modelo manicomial.

Tema 12: O Direito à Cidade: Luta Antimanicomial e Intersetorialidade

1) Criar fóruns permanentes intersetoriais e territoriais, que tenham também caráter de formação, compostos e protagonizados por usuários, moradores do território, estudantes, religiosos, movimentos sociais, redes abertas e não institucionalizadas, com agenda comum para resgatar a recomendação da Organização Mundial de Saúde e contrapor a proposta do Ministério da Saúde; para tanto, é importante demonstrar os investimentos e resultados da Rede de Atenção Psicossocial, evidenciando que a patologização e a medicalização servem para encobrir o empobrecimento da população.

2) Fortalecer a participação nos mecanismos de controle social, pautando a realização da V Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ainda que como Conferência livre e ocupando os conselhos de controle social nacional, estaduais e municipais.

Tema 13: Geração de Trabalho e Renda e Economia Solidária

1) Retomar o Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social.

2) Criar a Rede Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária.

Tema 14: Medicalização

1) Realizar parcerias com outros movimentos sociais para estabelecer uma agenda em 2018 para discussão da medicalização da vida e de protocolos da área da saúde, na interface entre sociedade civil e políticas públicas.

2) Promover protagonismo de usuários, familiares e trabalhadores através de estratégias de educação popular, gestão autônoma da medicação, co-prescrição, práticas integrativas e complementares em saúde, atividades de convivência e cultura, construção conjunta dos projetos terapêuticos singulares, visando a desmedicalização e valorização do desejo do sujeito.



11.2 Moções

11.2.1 Moção de Apoio à Luta Antimanicomial da Equipe Tenda Paulo Freire

Aos organizadores do Encontro de Bauru:

Nossos passos vêm de longe, nossa luta é todo dia. A Tenda Paulo Freire homenageando Ronaldo Peixoto nos 30 anos de Bauru, educação popular em saúde, traz alternativas de outras formas de tratamento com as práticas e cuidados, aliviando sofrimentos com amorosidade e acolhimento.

Todos somos cuidadores, profissionais e usuários, unidos na mesma luta antimanicomial.

Seguiremos e criaremos estradas em busca da liberdade, sem muros, sem amarras e tarjas pretas, com mais amor, respeitando a diversidade.

Nem um passo atrás, manicômio nunca mais!

Bauru, 09 de Dezembro de 2017

11.2.2 Moção da ASUSSAM-MG de apoio Evento de Bauru: 30 anos por uma sociedade sem manicômios

Nós, usuários da Associação de usuários dos serviços de saúde mental de Minas Gerais (ASUSSAM-MG), gostamos muito da viagem até Bauru. Trouxe riqueza para nós. Gostamos do acolhimento que recebemos. Viemos lutar pelo SUS. Nossa luta também é para o fechamento dos hospitais psiquiátricos.

ASUSSAM-MG

Bauru, 09 de Dezembro de 2017

11.2.3 Moção de Apoio à Reorientação do Modelo Assistencial em Saúde Mental na Bahia

Nós, participantes do Encontro da Luta Antimanicomial em Bauru, em dezembro de 2017, apoiamos as ações das diferentes instituições do Estado da Bahia (Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Universidades, etc.) e dos movimentos sociais antimanicomiais baianos em prol da Reorientação do Modelo Assistencial em Saúde Mental nesse Estado que prevê o descredenciamento dos hospitais psiquiátricos e, conseqüentemente, expansão e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. A Bahia, um dos últimos Estados brasileiros a iniciar o processo de mudança do modelo assistencial, ainda hoje carece de serviços substitutivos, principalmente nas grandes cidades. Ao tempo em que apoiamos a reorientação do modelo, exigimos urgência para a desinstitucionalização de 129 pessoas que há mais de 30 anos moram nos hospitais psiquiátricos da Bahia. Apoiamos TODAS as sugestões feitas pela Frente Baiana em Defesa da RAPS, Coletivo Baiano de Luta Antimanicomial, Coletivo Feirense de Luta Antimanicomial e ABRASME. Por uma RAPS sem manicômio. Por uma RAPS fortalecida.

11.2.4 Moção de apoio ao TAC de Sorocaba

Moção de apoio ao Termo de Ajuste de Conduta de Sorocaba para que conclua o processo de desinstitucionalização dos quatro hospitais psiquiátricos, até a saída do último morador.

11.2.5 Moção de repúdio aos retrocessos da reforma psiquiátrica e moção de apoio a seus avanços

Vencidos alguns obstáculos historicamente nocivos na sociedade para alcance de uma nova aurora de convivência com as pluralidades, anseia-se por convívio social pautado na justiça e na solidariedade pelas quais se almeja ancorar fortalecimentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) a partir de cuidados em saúde mental prestados de forma HUMANIZADA e COM RESPEITO À LIBERDADE DO USUÁRIO DO SUS. Reiteramos nosso repúdio à terceirização dos serviços de saúde que incluem às supracitadas alterações na Política Nacional de Saúde Mental, propostas pela Coordenação Nacional de Saúde Mental, e que promovem o sucateamento de uma atenção pautada na lógica dos cuidados pelo Território dados pela RAPS.

Não aceitamos que uma Política de Governo venha se sobrepor à Política de Estado, o que não só contraria nossa Constituição Federal, como também afronta as conquistas historicamente alcançadas por anos de luta em prol do respeito e da dignidade humana. Não aceitamos que essa nova política pública de saúde mental seja implementada enquanto sequer houve investimentos suficientes para avanços na implementação da política pública atual - a qual, portanto tem permanecido latente e, em decorrência disso, por sua vez, amplamente precarizada pela insuficiência financeira, entre outros.

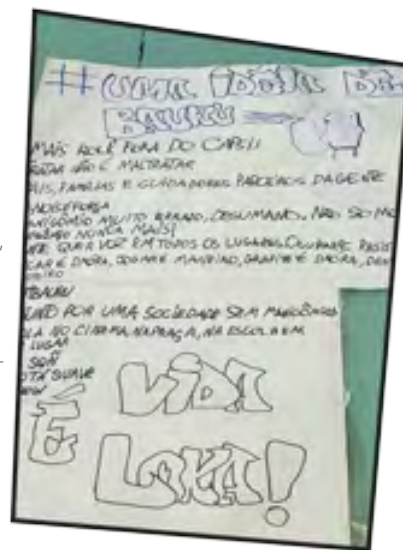
Ressalta-se, ainda, que há 30 anos a política de saúde mental no Brasil repudia a expansão dos leitos em hospitais psiquiátricos por considerar esse equipamento obsoleto, iatrogênico e produtor de violações aos direitos humanos. Reiteramos esse repúdio aos leitos e hospitais psiquiátricos.

Repudiamos uma vez mais e reiteradamente, essa estratégia de governo de reorientação da política pública de saúde mental que traz no seu bojo os claros propósitos de mercantilização da loucura, que atendem a grupos econômicos privados de interesse mercantilista. Trata-se de um retorno a outra lógica - já superada a partir das conquistas da luta antimanicomial-- de uma saúde hegemônica, privatista e excludente que se contrapõe à Constituição Federal e aos princípios do Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90).

Resta ainda salientar nessa presente moção de repúdio a retrocessos da Reforma Psiquiátrica, que reiteramos a carta do I Encontro Nacional da RAPS de 2013, dando-se destaque ao fato de que rejeitamos persistentemente qualquer forma de financiamento das Comunidades Terapêuticas. Insistimos em que as Comunidades Terapêuticas devem ser retiradas da RAPS (PT/GM/MS 3088/11) , pelo fato dessas entidades apresentaram-se como "mini manicômios" violentando, especialmente, a lógica do cuidado em território (Decreto Federal 7508/11 e similares) e do tratamento em liberdade vindo, portanto, fortalecer a prática da exclusão social da loucura e dos usuários de drogas.

11.2.6 Moção de apoio das crianças e dos adolescentes ao Encontro de Bauru

- # uma idéia de Bauru
- mais rolê fora do CAPS II
- tratar não é maltratar
- mais famílias e cuidadores parceiros da gente
- # nós é força
- manicômio muito errado, desumano, não somos animais
- manicômio nunca mais!
- a gente quer voz em todos os lugares. Ocupar e resistir!
- brincar é da hora, jogar é maneiro, grafite é da hora, desenhar é maneiro
- # curti Bauru
- tamu junto por uma sociedade sem manicômios
- vamo cola no cinema, na praça, na escola, em qualquer lugar
- obedecer SQN (só que não)
- estudar não tá suave
- # CAPS II é show
- Vida é loka!



11.2.7 Moção de solidariedade à UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Os organizadores e participantes do Encontro de Bauru vêm a público solidarizar-se com a Universidade Federal de Minas Gerais pela agressão sofrida através da condução coercitiva de seus gestores, os reitores e coordenadores do "Memorial da Anistia".

Repudiamos a criminalização e espetacularização que vêm ameaçando as instituições públicas e seus servidores, recordando o triste desfecho da UFSC, com o suicídio de seu reitor Cancellier.

A justiça não se faz com abusos de autoridade e sem criar ampla oportunidade de defesa e esclarecimento.

Chega de intimidação!

Temos direito à legalidade, ao respeito à Constituição, à memória e à cultura.

Resiste UFMG!

11.3 Carta de Bauru - 30 anos

Há 30 anos, aqui em Bauru, denunciemos o papel de agentes da exclusão designado aos trabalhadores de saúde mental; afirmamos a defesa intransigente dos direitos humanos e da cidadania dos chamados loucos; compreendemos que a nossa luta faz parte da luta por uma transformação social ampla e verdadeira; reafirmamos o manicômio como mais uma forma de opressão da sociedade. Uma escolha foi feita, e decidimos a nossa direção: rumo à uma sociedade sem manicômios!

Movidos pela alegre energia de um tempo tão fecundo, quando a democracia brasileira se afirmava nos movimentos e nas ruas, seguimos fielmente o rumo desejado. Tomando a palavra, as pessoas em sofrimento psíquico defenderam seu direito de viver, trabalhar, conviver e criar

nos espaços das cidades; organizados em movimento social, trabalhadores, estudantes, usuários e familiares sustentam unidos, desde então, a Luta Antimanicomial.

Cientes de que a nossa causa era justa, fomos incansáveis ao lutar por ela. Construímos o projeto de lei antimanicomial, e trabalhamos por sua aprovação no Congresso Nacional. No desafio da implementação do SUS, construímos passo a passo, com efetiva participação social, expressa em quatro Conferências Nacionais, uma nova Política Nacional de Saúde Mental. Realizamos marchas, manifestações, passeatas, trazendo à sociedade brasileira o alegre sabor da liberdade ainda que tamtam.

Desconstruindo o modelo asilar, reduzimos significativamente os leitos em hospitais psiquiátricos, exercendo no território o cuidado em liberdade. Inventamos novos serviços e redes, arranjos e experiências, que gritam com voz forte a potência deste cuidado. Combatemos a cada dia o manicômio em suas várias formas, do hospital psiquiátrico à comunidade terapêutica, incluindo o manicômio judiciário; e a lógica manicomial que disputa o funcionamento de todos os espaços do viver. Gravamos, em corpos e mentes, a certeza de que toda a vida vale a pena, e deve ser vivida em sua pluralidade, diversidade e plenitude. Temos orgulho das conquistas que garantiram a transformação da atenção pública em saúde mental em todos os quadrantes de nosso país: milhares de CAPS, ações na atenção básica, o Programa de Volta Pra Casa, novos modos de trabalhar e produzir, múltiplos projetos de arte, cultura, economia solidária, geração de trabalho, renda e protagonismo. Assumimos o desafio de construir uma política de cuidado às pessoas em uso de álcool e outras drogas, como uma política para as pessoas, produzindo uma atenção intrinsecamente conectada com a defesa de seus direitos na perspectiva da redução de danos, antiproibicionista, que defende a legalização do uso.

Com a exigência do cuidado para a infância e juventude, enfrentamos a medicalização das crianças e a criminalização dos jovens. A presença protagonista de crianças e adolescentes e seus familiares nesse Encontro é um marco histórico, e indica a importância da continuidade e avanço das políticas públicas de saúde mental intersetoriais para crianças e adolescentes na perspectiva do cuidado sem controle, garantindo seu direito à voz para a construção de uma sociedade livre de manicômios. Cuidar da infância e da adolescência em liberdade é fundamental na nossa luta!

Nestes 30 anos, entretanto, o mundo viveu a globalização e a hegemonia da ideologia neoliberal, produzindo uma gritante desigualdade: 1% da população mundial tem mais riquezas que os outros 99%. Isto conduziu a uma ruptura do pacto civilizatório contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos: quando os interesses do capital tudo dominam, não há direito que se respeite nem vida que tenha valor. No Brasil, um processo de redução das desigualdades sociais, iniciado nos anos 2000, foi brutalmente interrompido pelo golpe de 2016 - que resultou, dentre tantos outros efeitos deletérios, na ampliação do processo vigente de privatização e na redução de recursos para as políticas públicas sociais, como moradia, transporte, previdência, educação, trabalho e renda e saúde. Vivemos um violento ataque ao SUS, com a diminuição do financiamento e a desfiguração de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade. Nossa democracia, ferida, encontra-se hoje sob constante e forte ameaça. Precisamos fortalecer a luta por um processo de educação permanente, por nenhum serviço a menos, nenhum trabalhador a menos e nenhum direito a menos.

Cabe frisar ainda que, diante do avanço do conservadorismo e da criminalização dos movimentos sociais, defendemos a diversidade sexual e de gênero, as pautas feministas, a igualdade racial. Somos radicalmente contra o genocídio e a criminalização da juventude negra, a redução da maioria penal, a intolerância religiosa e todas as formas de manicômio, que seguem oprimindo e aprisionando sujeitos e subjetividades. Apontamos a necessidade urgente de articulação da Luta Antimanicomial com os movimentos feministas, negro, LGBTQI, movimento da população de rua, por trabalho, moradia, indígena entre outros, a fim de construirmos lutas conjuntas.

Apesar dos graves retrocessos e dos riscos crescentes, os efeitos destes anos de livre e amoroso cuidado são indelévels e duradouros. Acesa e viva, mantém-se a nossa disposição de lutar contra tudo aquilo que é intolerável para a dignidade das pessoas e nefasto para o seu convívio enquanto iguais: a exploração e a ganância, o manicômio e a tortura, o autoritarismo e o Estado de exceção. Tecemos laços de afeto e de solidariedade que nos acolhem na dor e nos protegem do abandono, sustentando o delicado equilíbrio da esperança em nossos corações. Prosseguimos, portanto, com o mesmo empenho tenaz, na luta por uma sociedade sem manicômios.

A conjuntura presente, que intensifica o risco das conquistas duramente obtidas, exige um posicionamento que reafirme e radicalize nossos horizontes. É preciso sustentar que uma sociedade sem manicômios reconhece a legitimidade incondicional do outro como o fundamento da liberdade para todos e cada um; que a vida é o valor fundamental; que a sociedade sem manicômios é uma sociedade democrática, socialista e anticapitalista.

Nenhum passo atrás: Manicômio Nunca Mais!

Por uma Sociedade Sem Manicômios!

Bauru, 09 de dezembro de 2017

A close-up photograph of a dark, textured fabric, likely a cap or uniform, with white embroidered text. The text is partially visible and reads "LITA ANTINIANICOMIA". The embroidery is in a bold, sans-serif font. The background is dark and textured, with some lighter areas visible in the upper right corner.

LITA ANTINIANICOMIA

12. Links de fotografias do Encontro de Bauru



Confira **mais fotos** nos links abaixo:

www.flickr.com/photos/conselhofederaldepsicologia/sets/72157690859883805/with/27207019839/

photos.app.goo.gl/bk7r7BgheHbzbpnHA

photos.app.goo.gl/j232gupx8pRVTXgA9

photos.app.goo.gl/1LpvcuHromsZUTiW7





**POR UMA
SOCIEDADE SEM
MANTICÔMIOS**